** UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O papel do género nas teorias das migrações internacionais:

o caso de Portugal como país receptor entre 2000 a 2010.

**Marta Isabel Fonseca Maurício**

Orientação: Prof. Doutora Isabel Vieira e Prof. Doutora Maria Conceição Rego

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Dissertação

Évora, 2015

Universidade de Évora

Escola das Ciências Sociais

Departamento de Economia

O papel do género nas teorias das migrações internacionais -

O caso de Portugal como país receptor entre 2000 a 2010.

**Marta Isabel Fonseca Maurício**

Orientação: Prof. Doutora Isabel Vieira e Prof. Doutora Maria Conceição Rego

**Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus**

Dissertação

Évora, 2015

**Agradecimentos**

Para que a presente dissertação fosse passível de realizar foi necessário prescindir de alguns momentos de lazer e saber gerir o tempo que existe entre a vida pessoal e profissional para que o restante fosse aplicado com o objetivo de concretizar a dissertação dentro dos prazos estipulados.

Assim e primeiramente, quero agradecer e demonstrar o maior apreço às orientadoras desta dissertação, Dr.ª Professora Isabel Vieira e Dr.ª Professora Maria Conceição Rego, por todo o apoio prestado ao longo deste período repleto de contratempos, assim como, pela atenção e orientação dispensadas sempre que solicitado; mas também por acreditarem na minha força de vontade para atingir este objetivo. Apesar de todo o esforço que foi reunido para concluir a dissertação, cada minuto dedicado a este trabalho com certeza que valerá a pena.

Não quero apenas agradecer às orientadoras, sem menor importância tenho o maior prazer em demonstrar o meu grato agradecimento a todas as entrevistadas, contudo duas delas merecem um favorável destaque pelos seus esforços. Ambas encaminharam-me às restantes entrevistadas e só assim foi possível concluir a tarefa com a qual me tinha comprometido – realizar entrevistas presenciais relativamente ao tema em estudo. À Igreja Assembleia de Deus – Ministério Tabernáculo em Évora também tenho a agradecer todo o apoio e disponibilidade prestados para a execução da parte prática.

Por último, e de igual importância, quero agradecer aos meus pais, pois sem eles a concretização deste Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, e evidentemente esta dissertação, não teriam sido de qualquer forma possíveis. Sem o auxílio emocional e financeiro dos mesmos, a minha força de vontade e compreensão pelos seus esforços não teriam o mesmo valor. Quero acrescentar também o meu agradecimento aos meus formandos pelo apoio prestado em momentos de maior cansaço.

**Índice**

Resumo 1

Abstract 2

Introdução

1ª parte Enquadramento Teórico 3

I- Globalização económica e migrações internacionais 5

I.I - A globalização e a mobilidade de recursos humanos 5

II - As Teorias das Migrações Internacionais 11

II.I – Perspetivas sobre o fenómeno migratório 11

II.II - A não consideração do género nas teorias das migrações internacionais 20

III – Portugal um país predominantemente emissor que passa a país receptor de imigração 27

III.I – A evolução de Portugal no contexto migratório 27

III.II - Portugal enquanto receptor: análise dos dados do SEF para o período em estudo 33

III.III- A imigração massificada do Brasil para Portugal (2000 -2010) 43

IV- O papel da legislação como condicionante dos fluxos internacionais 48

IV.I – Breve caraterização a nível internacional 48

IV.II – A Organização Internacional do Trabalho, o Tratado de Roma, de Amesterdão e de Lisboa, o Observatório da Imigração, o ACIDI e os seus papéis nas migrações internacionais 52

IV.III- Evolução da legislação sobre migração em Portugal e a legalização dos imigrantes 58

IV.IV - A necessidade de visto para entrar e permanecer em Portugal 61

2ª parte - Componente empírica

V- Estudo de caso da imigração feminina brasileira em Portugal 64

V.I – Metodologia 64

Conclusão 76

Bibliografia 79

Anexos 84

**Índice de quadros**

Quadro 1 – Vantagens e desvantagens da Migração Internacional. 9

Quadro 2 – Ano de chegada e número de indivíduos por género de cidadania cabo verdeana. 36

Quadro 3 – Ano de chegada e número de indivíduos por género de cidadania brasileira 37

Quadro 4 – Ano de chegada e número de indivíduos por género de cidadania angolana 37

Quadro 5 – Ano de chegada e número de indivíduos por género de cidadania guineense 37

Quadro 6 – Ano de chegada e número de indivíduos por género de cidadania ucraniana 38

Quadro 7 – Ano de chegada e número de indivíduos do género feminino por nacionalidades mais representativas na imigração para Portugal durante o período de 2000 a 2010 39

Quadro 8 – Resultados da análise e tratamento de dados obtidos nas entrevistas às perguntas de resposta direta 67

Quadro 9 – Pessoas que acompanharam as entrevistadas durante a viagem 69

**Índice de imagens**

Imagem 1 – Os fluxos migratórios de emigrantes portugueses- destinos mundiais 32

Imagem 2 – Mapa Mundi e origem geográfica dos principais imigrantes em Portugal, ano de 2008 42

54

**Índice de mapas**

Mapa 1 – Estados que pertencem ao Espaço Schengen 51

# ****Resumo****

# **O papel do género nas teorias das migrações internacionais:**

# **O caso de Portugal como país receptor entre 2000 a 2010.**

As deslocações humanas para fora do seu local de origem são tão antigas quanto a humanidade. Ao longo dos tempos, o ser humano migrou com o objectivo de assegurar a sobrevivência, ou para melhorar as condições de vida. Atualmente, num mundo dito globalizado, a tendência é para a remoção progressiva dos entraves à livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais. Dos três, os fluxos populacionais são os que se encontram menos flexibilizados, uma vez que a mobilidade populacional e as migrações colocam problemas específicos e complexos, quer para os países de origem, quer para os de acolhimento. Do ponto de vista teórico, até aos anos 70 do século passado, a migração era um fenómeno masculino. Os aspectos relacionados com o género não eram considerados, pois assumia-se que os homens migravam por razões relacionadas com o trabalho e as mulheres, quando deixavam o país de origem, faziam-no com o objectivo de se reunir aos maridos emigrados. Esta abordagem teórica ignorava o fato de, a nível mundial, o número de mulheres migrantes ser apenas ligeiramente inferior ao dos homens e dos movimentos femininos não serem todos motivados por reunificação familiar. A crescente feminização dos movimentos migratórios fez com que, gradualmente, a diferenciação por género fosse sendo considerada nas análises que procuravam explicar as migrações. Nesta dissertação focamos a nossa atenção nas imigrantes brasileiras em Portugal, na primeira década do século XXI, procurando identificar as suas motivações e enquadrando-as nos referenciais teóricos que diferenciam a migração em termos de género.

***Palavras-chave:*** *Teorias das Migrações Internacionais; Imigração; Género; Portugal*

# ****Abstract****

# **Gender and Theories of International Migration:**

# **The case of Portugal as receptor, from 2000 to 2010.**

Human outflows are as old as the humanity itself. Over time, human beings have migrated either to ensure their survival or to improve living conditions. Today, in the so-called globalized world, the trend is for a progressive removal of barriers to the free movement of people, goods and capital. Of the three, the population flows are currently the least mobile, given that population mobility and migration poses specific and complex problems for host and origin countries. From a theoretical point of view, until the 1970s, migration was a masculine phenomenon. Aspects related to gender were not considered because it was assumed that men migrated for work related reasons and women left their country of origin in order to be reunited with their emigrant husbands. This theoretical approach ignored the fact that, globally, the number of migrant women is only slightly lower than that of men and that not all women's movements are motivated by family reunification reasons. The increasing feminization of migration flows has gradually been theoretically acknowledged and gender issues are now considered in analyses that explain migration. In this dissertation we focus our attention on Brazilian immigrants in Portugal, in the first decade of this century, trying to identify their motivations and framing them in the theoretical frameworks that differentiate migration in terms of gender.

***Key words:*** *Theories of International Migrations; Imigration; Gender; Portugal*

# ****Introdução****

A presente dissertação inclui-se no âmbito do Mestrado de Relações Internacionais e Estudos Europeus e pretende-se contribuir de forma empírica para o conhecimento da feminização nas migrações internacionais, com o estudo de caso de Portugal, no período de 2000 a 2010.

As Relações Internacionais estudam transações transfronteiriças de todos os tipos, nomeadamente políticas, económicas e sociais, onde os Estados são os principais atores e tentam ter controlo nas suas fronteiras através de regulamentações diversas perante as atividades internacionais (ver Brown e Ainley,2012:15). São consideradas como uma disciplina social cujo objecto de estudo são as relações entre os Estados, sob as perspectivas diplomática, militar e estratégica, onde o Estado (e não as nações) é encarado como o ponto fulcral. Um dos vários objetos de estudo das Relações Internacionais é a globalização económica (onde se inserem as migrações). A globalização económica é uma área que tem sido definida de forma heterogénea e é um processo no qual existem relações entre Estados e diversas práticas económicas, políticas e culturais que se traduzem na integração funcional do planeta. Segundo alguns autores, atualmente, decorre a 3ª era da globalização iniciada na segunda metade dos anos 80 do século XX tendo sido fomentada por ações políticas e económicas. Contudo, para Ianni (1994:4) “a sociedade global corresponde a uma nova realidade, uma totalidade abrangente, que se sobrepõe formal ou realmente as nacionais.”

A crescente globalização não eliminou as fronteiras entre os vários Estados e as barreiras à livre circulação de pessoas ainda são extremamente relevantes e os fluxos migratórios internacionais são estudados por analistas de diversas áreas. Nesta dissertação centramos a atenção no caso de Portugal enquanto país receptor de migrantes, embora, durante várias décadas caraterizado por maioritariamente emissor. A escolha desta temática e deste país justifica-se pelo interesse da experiência portuguesa entre 2000 e 2010, período durante o qual a tipologia migratória passa a ser considerada mista, por ser simultaneamente receptor e emissor de migrantes internacionais.

É nosso objetivo analisar o perfil de Portugal enquanto país receptor e abordar a relevância do género nas teorias migratórias internacionais, tentando perceber se as questões do género incidem de forma diferenciada no processo de migração. A análise centra-se no contingente migratório brasileiro por apresentar um valor elevado de migrantes de sexo feminino, ao contrário do que acontece com os restantes contingentes de imigrantes, segundo a informação nos relatórios do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Para traçar o perfil de Portugal enquanto país de acolhimento, vamos identificar as nacionalidades com maior volume de imigrantes, o género dominante em cada uma; e no contingente brasileiro será aprofundado com um estudo de caso daí uma abordagem metodológica descritiva e quantitativa, sendo realizadas entrevistas presenciais com recurso a uma amostra de conveniência de imigrantes brasileiras. O objetivo é traçar o perfil das imigrantes brasileiras e compreender a escolha de Portugal, a reação familiar perante a decisão de imigrar, perceber com quem viajaram até ao país, a opinião sobre o Estado Português e também sobre os valores de indivíduos do género feminino que entraram em Portugal.

A dissertação está dividida em duas partes distintas mas complementares, sendo estas o enquadramento teórico e a componente empírica. A primeira parte composta por quatro capítulos, onde se expõe a relação entre a globalização económica e as migrações internacionais, as principais teorias das migrações internacionais, a caraterização de alguns dos contingentes com destino a Portugal e também uma breve análise a diversas entidades cujo papel é bastante relevante nas migrações, como por exemplo: a Organização Internacional do Trabalho, o Observatório da Imigração e o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). A componente empírica (segunda parte) que tem apenas um capítulo, é o estudo de caso que foi desenvolvido com o recurso a entrevistas presenciais a mulheres brasileira que se encontram em Portugal, e onde se dão a conhecer os resultados obtidos com o tratamento e análise dos dados obtidos.

.

**I – Globalização económica e migrações internacionais**

# ****I.I - A globalização e a mobilidade de recursos humanos****

Os fluxos internacionais atuais são tão diversos e intensos que segundo World Society (1972) (citado em Moreira 2011:9) “um mapa do globo que as representasse pareceria uma sobreposição de teias de aranha, cujos fios cruzariam e se encontrariam diversamente em pontos separados. Nesse mapa, as fronteiras dos Estados ficariam ocultas.” Contudo, as fronteiras atuais são geralmente muito menos relevantes para a circulação de bens e de serviços, do que para a circulação de pessoas.

A globalização[[1]](#footnote-1) não é apenas um fenómeno com contornos económicos, pois envolve diversos âmbitos como: a política, a sociedade, a cultura, a tecnologia e a legislação. Este fenómeno tem vindo a intensificar as interdependências das economias. Para melhorar a sua competitividade, os países desenvolvidos necessitam cada vez mais de mão de obra barata para postos de trabalho menos qualificados. Simultaneamente, nos países em desenvolvimento, as pessoas mais empreendedoras procuram no exterior trabalho melhor remunerado. Assim, embora os obstáculos à livre circulação continuem a existir e, em alguns casos a agravar-se, a globalização promove as deslocações internacionais da população. Dados os incentivos do desenvolvimento económico em alguns países, os horizontes dos migrantes não se restringem apenas à localidade mais próxima, nem à capital do seu país de origem, são muitos aqueles que se deslocam para outros países com a expectativa de conseguir alcançar melhores condições de vida. Esta circulação, desenvolvida de forma legal e ilegal, faz parte das estratégias de sobrevivência e da mobilidade social e económica da população de muitos países.

Segundo Milanovic(1999:10), a globalização leva ao acelerar do progresso económico por estimular as pessoas a abandonar os seus trabalhos tradicionais e a procurar novas ocupações, apesar dos países receptores manterem inúmeros bloqueios legislativos que impedem as entradas de migrantes.

A globalização e os fluxos migratórios têm provocado alterações nas relações de trabalho, sobretudo no contexto empresarial, onde o objetivo é conseguir maior produtividade e rentabilidade em mercados que são cada vez mais competitivos. A gestão dos fluxos migratórios transforma-se assim num desafio cada vez maior para os Estados, não só pelo significado que os imigrantes apresentam enquanto força de trabalho e de consumo, mas também pelos problemas sociais muitas vezes associados à migração.

A migração[[2]](#footnote-2) é um fenómeno tão antigo quanto a existência humana. Sempre existiu a necessidade de procurar melhores condições de vida, sendo esta procura muitas vezes uma consequência das rupturas económicas e sociais das comunidades onde os indivíduos estão inseridos. No século XIX, por exemplo, houve uma saída de europeus com destino ao “novo continente”, a América. Nessa altura saíram da Europa inúmeras famílias dizimadas pela fome, bem como operários que procuravam novas oportunidades num continente em fase de desenvolvimento acelerado.

A migração consiste no abandono do lugar de residência para determinadas pessoas e na adaptação de um novo lugar durante um grande período, ainda que não seja necessariamente permanente. É encarada como uma ação social de caráter individual, coletivo, espontânea ou até forçada e que se deve a uma deslocação que pode ser interna (campo para cidade, ou de cidade para cidade no país de origem) ou externa (de um país para outro, onde há o cruzamento de fronteiras) e envolve a fixação de uma nova residência. Para além de ser uma ação social, é um fenómeno que envolve aspetos de natureza histórica, legal, geográfica, económica e a política.

A literatura divide os fenómenos migratórios internacionais mais recentes em duas fases: a primeira inicia-se no século XIX e vai até ao final da II Guerra Mundial, incluindo o período da descolonização e das migrações laborais; a segunda inicia-se com o fim da II Guerra Mundial e prolonga-se até ao presente, onde se assiste à feminização nas migrações (problemática a analisar nesta dissertação).

Contudo, e por ser um fenómeno que acompanhou a evolução do Homem, é na época da escravatura que estão as raízes das migrações onde muitos indivíduos - maioritariamente africanos - foram transportados para o novo mundo e forçados a trabalhar em atividades diversas relacionadas com a exploração de ouro, prata, o açúcar, o tabaco, o algodão e o café (ver Manning, 2005, citado em Pinho, 2012). Com a proibição da escravatura, esta mão de obra foi substituída por trabalhadores contratados. No final do século XIX muitos europeus e asiáticos partiram em busca de trabalho, não só para o continente americano (como referido), mas também para outros continentes (estima-se que entre 44 e 52 milhões de europeus tenham procurado trabalho nos restantes continentes em igual período). A depressão económica do século XIX, e a depressão dos anos 20 nos EUA são as justificações existentes para este número elevado de migrações.

Durante a I Grande Guerra houve também uma onda migratória. A forte carência de mão de obra em diversos países que se encontravam diretamente envolvidos na Guerra influenciou o recrutamento nas colónias africanas e em alguns países europeus, designadamente Portugal, Espanha e Itália. De acordo com Castles e Miller (2003) (citado em Pinho (2012) após a II Guerra Mundial iniciou-se o segundo período da migração, onde se reconhecem três tipos de fluxos: a migração de trabalhadores da periferia europeia para o ocidente europeu, a migração pós colonial, e por fim, a migração permanente para a América do Norte e Austrália.

Não obstante a indicação dos 2 grandes períodos atrás referidos, na Europa reconhece-se a existência de quatro fases distintas ao longo do século XX. O primeiro período inicia-se nos primeiros anos do século e prolonga-se até à década de 40, coincidindo com a emigração em massa para o continente americano. A segunda fase acontece entre 1960 e 1970, tendo a Alemanha e a Suíça um papel bastante relevante quanto à necessidade de mão de obra. O penúltimo período inicia-se com o primeiro choque petrolífero de 1973, com as reestruturações económicas subsequentes. A quarta e última fase, é iniciada na década de 90, mais precisamente em 1993 com a criação do mercado único europeu, (ponto de partida para as políticas migratórias no sistema europeu com a elaboração de políticas de migração, a criação de um mercado de trabalho único e também da cidadania europeia).

Desde que as fronteiras foram abolidas no espaço da União Europeia (1993), são visíveis as implicações do mercado de trabalho dos vários países. Neste espaço, o mercado pode ser visto como global. Um imigrante que consegue a nacionalidade de um país membro usufrui dos mesmos direitos que os naturais do mesmo, o que lhe confere o direito a trabalhar em qualquer um dos 28 Estados.

No século XXI o desenvolvimento da rede de transportes não promoveu a emigração permanente porque a rapidez e a diminuição de custos de circulação permitiram que as deslocações fossem efetuadas com maior frequência. As sociedades contemporâneas estão afetadas pela precariedade laboral - o que afeta não só várias categorias profissionais, mas também várias faixas etárias – o que levou a novos comportamentos e tem tido impactos que são decisivos na coesão social. A globalização tem um impacto direto na economia e potencia processos de reorganização económica que resultam muitas vezes em trabalho precário. Novos modelos de trabalho adquirem maior centralidade no contexto empresarial, particularmente em empresas que têm como objetivo a prestação de serviços onde os trabalhadores não são permanentes. Como muitas vezes a própria população nacional não tem qualquer interesse em desempenhar tais funções, são milhões de pessoas que saem do seu país de origem com o objetivo de procurar melhores condições de vida e que aceitam desempenhar estas tarefas laborais (ver Caire,1982, citado em Gennari e Albuquerque, 2012). Esta precariedade laboral e outros fatores[[3]](#footnote-3) podem levar os cidadãos a migrarem, apesar das consequências a longo prazo poderem ser diversas quer para os trabalhadores mais qualificados, quer para a camada jovem (ver Pellegrino, 2003, citado em Martine, 2005).

Os migrantes deparam-se com diversas dificuldades no local de acolhimento. Muitas vezes a adaptação à nova cultura é muito difícil não só porque deixam a família, mas por enfrentarem diferentes valores sociais e culturais. E em alguns casos, as primeiras dificuldades que têm de enfrentar no país de acolhimento são o idioma , a burocracia e as limitações impostas pela legislação corrente. Apesar das dificuldades que o imigrante enfrenta, a migração promete - para uma grande parte da população que sai do seu país, a diversificação de emprego e um salário melhor que por sua vez se reflete numa melhoria de qualidade de vida e do poder de compra.

Para além das dificuldades a nível individual, o fenómeno migratório internacional tem vantagens e desvantagens que nem sempre os países emissores e receptores reconhecem, tal como é descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Vantagens e desvantagens da Migração Internacional

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Vantagens | | Desvantagens | |
| Para os lugares de origem e para os migrantes | **Para os lugares de destino** | **Para os lugares de origem e para os migrantes** | **Para os lugares de destino** |
| A migração gera remessas para as famílias , as comunidades e o país, o que promove o dinamismo económico nos lugares de origem | Os migrantes ajudam a melhorar a qualidade de vida e diminuem os custos nos lugares de destino, ao realizarem atividades que os nativos não querem fazer em troca de salários baixos | Seletividade da migração: a “fuga de cérebros” leva a deficits de recursos humanos qualificados nos países de origem | Os países receptores são palco de conflitos e tensões sociais que surgem das diferenças étnicas, linguísticas e religiosas |
| A migração permite uma mobilidade social, de outra forma difícil de alcançar | A migração revitaliza sociedades envelhecidas ao preencher lacunas demográficas e laborais | Países e comunidades perdem as pessoas mais criativas, trabalhadoras, empreendedoras e ambiciosas | Sofrem risco de erosão da cultura nacional |
| Os migrantes aprendem conceitos hábitos e valores que ajudam a apressar a modernização do seu país de origem | Os países receptores recebem uma grande quantidade de recursos humanos qualificados cujos custos foram suportados por outros | Migrantes são perseguidos e maltratados por xenófobos e considerados cidadãos de segunda classe : tal discriminação – racial e social – retarda a assimilação | Peso fiscal: pelo menos no início, os imigrantes podem pressionar os serviços sociais, educacionais e de saúde |
| Em certas condições, promove a emancipação da mulher | A migração expande a base de consumidores e de contribuintes | A migração é um fator de risco, em termos de segurança pessoal especialmente para mulheres e crianças | Migrantes competem por empregos e reduzem salários dos locais. Provoca reações dos sindicatos e grupos de pressão que vêm os imigrantes como concorrentes desleais no mercado de trabalho |

Fonte: Martine(2005)

Tal como mostra o Quadro 1, o fenómeno migratório apresenta vantagens para os países receptores que muitas vezes não são compreendidas pelos cidadãos nacionais. As migrações laborais oriundas de países/regiões mais pobres são fundamentais, para os países cujas economias estão relativamente mais desenvolvidas. A procura dos trabalhadores migrantes, não é apenas para postos de trabalho considerados inferiores onde os salários são baixos ainda que superiores aos do país de origem. Muitas vezes estes acabam por desenvolver trabalhos rurais, de limpeza e manutenção, construção civil, de serviço doméstico e na indústria do sexo (maioritariamente mulheres), embora os migrantes mais qualificados procurem atividades qualificadas e bem remuneradas.

A imigração gera diversos efeitos, alivia a escassez de mão-de-obra em determinados sectores económicos e pode alterar pirâmides etárias onde a população é maioritariamente envelhecida. Os jovens migrantes apresentam altas taxas de fecundidade e uma elevada participação no mercado laboral, o que deve ser encarado como vantagens para o país de acolhimento.

Para além de vantagens, existem também desvantagens para os países emissores e para os receptores. Tanto os migrantes internos como os internacionais são diferentes dos cidadãos de origem no que toca a níveis educacionais. Apresentam também menor disposição para assumir certo tipo de riscos ou enfrentar novas situações pelo facto de não se encontrarem no seu país de origem. As discriminações sociais e raciais são também desvantagens pelo fato de poderem ser tratados como cidadãos de segunda categoria e serem até perseguidos e maltratados por xenófobos. As mulheres e as crianças apresentam um risco adicional por serem mais vulneráveis nas várias etapas de todo o processo migratório. Nos países receptores, destacam-se a rejeição dos imigrantes pela sua etnia, idioma, religião e/ou vestuário, e também por serem vistos como concorrentes relativamente aos postos de trabalho.

As sociedades contemporâneas têm como base o trabalho assalariado, enquanto principal meio de subsistência, bem como as relações sociais, a cidadania e a construção identitária dos indivíduos. Schnapper (1998) (citado em Santos et al., 2010) confirma esta realidade nas sociedades contemporâneas ao defender que: “hoje devemos repensar o estatuto do trabalho, devemos fazê-lo sem negligenciar este elo original, que continua a ser fundamental, entre o trabalho produtivo e a cidadania. O cidadão moderno adquire a sua dignidade trabalhando”.

# ****II - As Teorias das Migrações Internacionais****

# ****II.I – Perspetivas sobre o fenómeno migratório****

Os desenvolvimentos teóricos que procuram explicar as migrações só relativamente tarde consideraram o papel que o género tem nisto tipo de fenómeno económico e social. Esta falha é resultado de uma relação com quatro dimensões: o facto de o tema ser estudado de forma sincrónica, de se concentrar a atenção nos locais desenvolvidos na ação de migrar, do nível a que é feita a análise (individual, domiciliário, comunitário, religioso, geográfico ou outro) e, por fim, do impasse relativo ao destaque entre as causas e os efeitos que o fenómeno migratório apresenta.

Até ao final do século XIX, primeiros anos do século XX, o tema da migração era objeto de estudo de diversas áreas. Tal como Jansen (1969:60) (citado em Peixoto, 2004) afirmou:“ A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante”.

Do ponto de vista macro, os estudos considerados pioneiros relativamente ao tema da seletividade dos migrantes foram elaborados por Ravenstein (1885) e Lee (1966). Ravenstein, cartógrafo e geógrafo inglês é considerado um autor “clássico” do final do século XIX, e apresentou uma análise empírica sobre os fenómenos migratórios e posteriormente sobre temas e conceitos relativos à classificação de migrantes, às etapas das migrações, às regiões de atração e repulsão, ao efeito da distância, às contra – correntes, entre outros. Foi o autor pioneiro dos modelos modernos de atração – repulsão, e considerava que no centro dos processos migratórios encontra-se a decisão de um agente racional, que através de informações sobre a situação individual e grupal, decide a permanência no país de origem ou opta pela migração. O raciocínio deste autor demonstrou o caráter transversal da temática quando foi reivindicado pela sociologia.

Ravenstein tentou expor aspetos gerais que transmitiam a realidade das migrações e utilizou os Census existentes desde 1871 até 1881, realizados na Inglaterra. Este autor partiu de várias questões como: a relação existente entre os movimentos migratórios e o desenvolvimento do capitalismo, a distribuição desigual da população e das atividades económicas, a procura de mão de obra nos centros urbanos enquanto impulsionadora da migração e, por fim, o fato de a população deslocar-se para conseguir melhorar a sua situação económica.

Esta teoria apresenta uma forte ligação à perspetiva neo–clássica da economia (racionalismo económico) e articula-se com a análise geográfica (devido à importância atribuída pelo autor à dimensão espacial). Foram enumeradas pelo autor uma série de “leis empíricas da migração” que também merecem destaque nesta dissertação, estas “leis” são diversas:

1. Migração e distância – a maioria dos migrantes deslocam-se para curtas distâncias, contudo os que se deslocam para longe preferem optar por grandes centros de comércio e de indústria;
2. Migração por etapas – o processo de atração de migrantes para uma cidade que apresenta indícios de forte crescimento dá inicio a um aumento da periferia e estende-se a lugares mais longínquos. O processo de dispersão é inverso ao da atração;
3. Correntes e contracorrentes – os fluxos migratórios são caraterizados pela existência de movimentos populacionais de ida e de volta. Isto significa que existe um movimento na direção contrária e de menor intensidade (contracorrente), para todo o grupo de migrantes que se desloca numa determinada direção (corrente);
4. Propensão relativa das populações rurais e urbanas para a emigração – a população rural é mais propensa a migrar do que a urbana;
5. Preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distância;
6. Relação da tecnologia com as migrações – o desenvolvimento dos meios de transporte e a expansão da indústria e do comércio levam ao aumento dos fluxos migratórios
7. Motivos económicos – leis opressivas, climas empresariais pouco atrativos, aumento de impostos muitas vezes são responsáveis pelas correntes migratórias.

Estas “leis empíricas da migração” enumeradas por Ravenstein devem ser vistas como fatos, caraterísticas e atitudes observadas em grande parte dos processos migratórios.

Por sua vez o autor Lee (1962) (citado em Gonçalves (2009) desenvolve a teoria de Ravenstein, sugerindo que para além das “leis empíricas da migração”, existem também os fatores intervenientes que estão relacionados com os países de origem e com os países de destino, nomeadamente: a legislação relacionada com os fluxos migratórios, os custos de transporte, as barreiras físicas, a distância, entre outros. No entanto, também considera que os fatores individuais podem influenciar a decisão de permanência ou de migração, sendo: as alterações do ciclo de vida, os contatos e as informações sobre o meio social do país de destino e também as capacidades individuais que são auxílio na análise da situação de origem e de destino, da mesma forma que a adaptação ao novo meio.

Para Lee (1966) o fenómeno migratório implica a necessidade de um lugar de origem, um local de destino e também inclui os obstáculos intervenientes. Destaca ainda que a migração pode ocorrer em determinadas etapas do ciclo de vida do indivíduo. A permanência deste tipo de argumentos nos modelos de *push – pull* é notória, ou seja, os motivos “materiais” ocupam um lugar decisivo, nomeadamente as condições atuais e potenciais de emprego, assim como, os níveis de rendimento. A explicação das migrações indica que os indivíduos movem-se pelos custos líquidos do movimento, ou seja, estes devem ser inferiores aos benefícios esperados.

Para além das teorias clássicas de Ravenstein e Lee, a teoria dos Sistemas Migratórios identifica um conjunto de regiões ou países, que apresentam fluxos migratórios relevantes para outra área geográfica, no plano migratório internacional. O mais comum é a rede macro-regional que une uma região central (um ou vários países receptores) a uma região emissora (pode ser um ou mais países emissores). A existência deste plano migratório internacional gera condições de continuidade. Uma vez que as decisões migratórias são individuais, a dinâmica de “sistema migratório” é particular por ser resultado de um contexto histórico (económico, social, político e tecnológico) e também da interligação entre fluxos migratórios e outros tipos de intercâmbios (políticos, comerciais, de capital, outros).

Segundo Castles e Miller (2003) [citados em Gonçalves (2009)] a teoria dos Sistemas Migratórios engloba a interação das estruturas micro[[4]](#footnote-4), com as estruturas macro[[5]](#footnote-5) e as estruturas intermédias que atuam como ligação entre os migrantes, tal como as instituições de carácter político e económico. As teorias do sistema – mundo[[6]](#footnote-6) do autor Wallestein (1979 e 1986), segundo Peixoto (2004:26), têm sido adaptadas por vários autores que estudam as migrações internacionais.

Para Castles (2005) (citado em Gonçalves, 2009) os primeiros fluxos migratórios iniciaram-se com jovens pioneiros que, por sua vez, criaram as cadeias migratórias que acabam por se repetir. Os que chegam são auxiliados por quem se encontra no país de destino/ acolhimento. Lee (1996) (citado em Gonçalves, 2009) depende que o acolhimento por parte dos migrantes pioneiros gera vagas migratórias posteriores e, muitas vezes, é através dos migrantes pioneiros que surgem redes sociais que auxiliam a resolução de riscos, tal como de custos, que estão associados à migração. Estas redes diferem no tamanho, assim como na dimensão, não só de país para país como de comunidade para comunidade. Um dos traços do sistema –mundo é a “criação de um mercado de trabalho global” onde o movimento de capital e de mercadorias acaba por estar relacionada com fluxos de trabalho, que são a base de uma parte significativa das migrações internacionais (ver Petras,1981, citado em Peixoto, 2004).

Uma outra teoria que também é importante analisar na dissertação é a Teoria do Capital Humano. Este conceito de “capital humano” começa a ser utilizado no século XX – anos 60- em áreas como a educação, a saúde e a migração. Esta teoria defende que a educação deve ser o principal investimento para que exista um desenvolvimento dos recursos humanos. Através da educação o indivíduo tem acesso a capital intelectual, e encara a decisão de migrar como um investimento e não como uma despesa.

Esta teoria elabora de forma mais aprofundada a perspetiva micro, porque o migrante aposta na capacidade que possui para obter maiores rendimentos no futuro, mesmo que para isso tenha de realizar gastos importantes a curto prazo. O “investimento” que é realizado para que a migração seja possível é vasto, e inicia-se com a procura de informação (gasto económico e de tempo) sobre novas oportunidades profissionais e infra – estruturas diversas, sobre os custos de deslocação e também sobre os custos de adaptação (aprendizagem de um novo idioma e da cultura, criação de uma rede de apoios, custos de afastamento do local de origem). Assim, esta teoria encara os benefícios da migração no sentido de aumentar os rendimentos, devido à melhoria da produtividade individual.

Chiswick (1978) foi o autor pioneiro do conceito do capital humano aplicado aos estudos económicos sobre a migração. Este viu os migrantes como atores que chegam aos destinos sem qualificações sociais e económicas e perante os salários baixos (comparativamente aos nativos) têm mais incentivos para apostar no desenvolvimento do seu capital humano.

Para Becker (1993) (citado em Santos et al., 2010) os indivíduos investem na educação, formação e profissionalismo e na aquisição de outros conhecimentos, com o objetivo de futuramente, receber benefícios sobre o investimento realizado. Neste sentido, o ato de migrar é uma decisão tomada no seio familiar.

De acordo com Peixoto (2004), as perspetivas micro das teorias com base sociológica encaram o ciclo de vida e a trajetória social como fatores influenciadores da migração. Perante este fato, é possível afirmar que os desenvolvimentos teóricos têm sido realizados com base na complexidade da noção de “ciclo de vida”, onde são tidos em conta a estrutura familiar e a fragmentação do modelo de vida (isto é o casamento, os filhos, a viuvez e até novos modelos familiares – como celibato prolongado, os divórcios, as famílias monoparentais, entre outros). Assim, há mecanismos que influenciam os migrantes no que toca às distribuições territoriais urbanas, regionais, centrais ou periféricas. Estas acontecem em contextos nacionais e internacionais e podem levar a movimentos populacionais migratórios concretos.

Na perspetiva das teorias sociológicas, Richard (1998) (citado em Sasaki e Assis, 2000)), ao analisar autores clássicos como Malthus, Marx, Durkheim e Weber, conclui que a migração era analisada enquanto consequência do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da urbanização. Malthus vê a migração como uma consequência da sobre população, pois o seu raciocínio baseou-se na compreensão da razão do crescimento populacional que acontecia em progressão geométrica, enquanto a disponibilidade alimentar aumenta em proporção aritmética. Por sua vez, Marx considerava que a causa dos fluxos migratórios eram os quadros salariais, que baixaram o seu valor devido ao capitalismo. Também, Weber concebeu a migração como uma consequência da industrialização e do crescimento do capitalismo, ou seja, defendendo que a migração criava novas classes sociais e grupos étnicos.

Durkheim reconhecia que a migração era um dos fatores menos positivos das comunidades tradicionais. Já que muitas vezes, a transição para outra comunidade era frequentemente acompanhada pela desorganização, ou por um colapso do sistema de valores comuns, o que podia resultar numa desintegração social.

Focam-se seguidamente as teorias de cariz económico, expondo primeiramente as teorias económicas de base micro. A Teoria Microeconómica Neoclássica concebia o indivíduo como um ser absolutamente racional. Nesta perspetiva, o indivíduo analisa a possibilidade de migrar a partir de um cálculo relativo aos custos e benefícios, (ver Sjaastad, 1962; Todaro, 1969, citados em Santos et al., 2010). Os indivíduos escolhem o destino onde possam ser produtivos mas de acordo com o raciocínio desenvolvido nesta teoria, há também em consideração o salário recebido e os custos que estão associados à migração. Contudo, Harris e Todaro (1970) (citado em Santos et al., 2010) defendem que os movimentos migratórios são provocados não apenas pelas diferenças salariais de ambas as regiões – emissoras e receptoras – como também pela diferença das taxas de empregabilidade.

A teoria proposta pelos Novos Economistas da Migração do Trabalho (Stark & Bloom, 1985; Stark & Taylor, 1991; Taylor, 1986) indica que a decisão de migrar não é tomada por indivíduos isolados mas por um conjunto de pessoas que estão ligadas entre si de diversas formas. O lucro da migração é muitas vezes distribuído pelo agregado familiar. Mincer (1978) (citado em Santos et al., 2010) apresenta o seu ponto de vista no âmbito da família afirmando que os laços familiares são relevantes para a migração e que a instituição familiar pode motivar a migração no seio familiar, passando pelos ganhos económicos que são resultado do ato de migrar. Para que os ganhos sejam calculados no caso da migração de família, realiza-se a diferença entre o somatório dos retornos obtidos e o somatório dos custos que cada um dos membros obterá. Contudo, há vários aspetos na família que podem afetar a migração, designadamente as estruturas sociais, demográficas e inclusive as económicas. A família é também responsável pelo comportamento culturalmente aceite por parte dos indivíduos e o papel que este desempenha no seio familiar acaba por influenciar a decisão sobre a migração. Na família, quando um individuo migra, acaba por influenciar a decisão de outros membros quanto ao destino. Tal como, Harbison (1981) (citado em Santos et al., 2010) afirmou “a rede social criada pelos parentes em diferentes regiões é um importante componente no processo de tomada de decisão de migrar”.

Nos casos em que os migrantes são um casal, devem ambos ter um saldo positivo, pois caso contrário este fenómeno não deve ocorrer. Este tipo de migração pode originar “tied movers[[7]](#footnote-7)” mesmo que o saldo seja positivo só para um dos dois; ou “tied stayers[[8]](#footnote-8)” onde a migração não ocorre independentemente do saldo ser positivo ou negativo para o casal. Muitas vezes isto pode resultar em conflito familiar, tal como, a decisão relativamente ao local de destino porque o local pode favorecer economicamente mais um dos conjugues. Assim, o casal migrará para um local onde o ganho seja maximizado o que leva a que um ou ambos se tornem “tied spouses”. Mincer (1978) citado em Gonçalves (2009) desenvolveu uma teoria semelhante, onde distingue os “ganhos” familiares dos pessoais e argumenta que as famílias apresentam uma mobilidade menor do que os indivíduos. O autor defende que é mais complexo o ato de migração de casal ou familiar do que a individual.

Passamos agora a expor as teorias de base económica com perspetivas macro. De acordo com a Teoria Macroeconómica Neoclássica (Lewis, 1954; Ranis e Fei, 1961), nas regiões com excesso de oferta laboral, os salários seriam baixos, e nas regiões com escassez laboral aconteceria o oposto. Assim, se fosse esta a lógica as migrações ocorriam de regiões com baixos salários ou com excesso de mão de obra e deslocar-se-iam para regiões com salários elevados ou onde a mão de obra seria necessária. Desta forma a oferta de trabalho iria diminuir e os salários tornavam-se elevados, nos locais onde houvesse carência de capital mas excesso de mão de obra. Os fluxos migratórios geravam assim uma situação de equilíbrio e as diferenças salariais refletiam apenas os custos financeiros e físicos do deslocamento. Mas Portes e Boorocz (1989) (citados em Gonçalves, 2009) fazem uma crítica à perspetiva neoclássica, afirmando que quando são iniciados os fluxos migratórios, a sua continuação é independente de ciclos económicos que existem e não podem justificar as diferenças salariais entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento como um fator de atração para a escolha do destino. O modelo de custo/ benefício, segundo Massey (1990) (citado em Gonçalves, 2009) baseia-se numa equação que comporta os custos da emigração e os ganhos que são esperados no local receptor. Sempre que os retornos sejam positivos, o indivíduo acaba por optar pela migração, visto que os benefícios são superiores aos do local de origem. Na perspetiva do indivíduo, são considerados custos o preço de transporte, o local de destino, as perdas psíquicas que possam resultar do afastamento dos familiares/ amigos, o aumento dos custos de vida e as oportunidades que estão envolvidas no processo de mudança. Os benefícios são a satisfação laboral e também ganhos de atividades não relacionadas com o mercado laboral.

As teorias do tipo Histórico – Estruturalistas estudam as relações que os diversos elementos possuem dentro de um sistema migratório. Estes elementos são o mercado de terras, o mercado de trabalho, o acesso à informação, as caraterísticas individuais dos migrantes, entre outras. Todos os elementos estão inter-relacionados e não podem ser analisados de forma independente.

Germani (1974) (citado em Santos et al., 2010) vê a migração como um processo de mobilização social, onde são analisados três níveis de migração. O primeiro é o ambiental, composto pelos fatores de expulsão e de atração, pela natureza e condições de comunicações, de contato e acessibilidade existentes entre áreas de origem e destino. O segundo nível, o normativo, está relacionado com os papéis, os comportamentos, as expectativas e os padrões socialmente institucionalizados. O último nível, o psicossocial, considera as atitudes e expectativas concretas dos indivíduos. Para Singer (1976) (citado em Santos et al., 2010) “as migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser adotadas separadas”. O processo da migração está associado ao capitalismo e à industrialização e é visto como uma consequência destes fenómenos. Singer (1973) destaca que as migrações são condicionadas por fatores como o crescimento demográfico (devido às elevadas taxas de fecundidade), a modernização e a alteração dos fatores de produção, acrescenta também que existem fatores de atuação, fatores de mudança e de estagnação que influenciam as migrações. Os fatores de mudança resultam de relações capitalistas introduzidas em áreas rurais, levam ao desemprego estrutural. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores para elevarem a produtividade da terra e para se adequarem aos padrões de produção exigidos. Para além das condicionantes, Singer (1976) (citado em Santos et al., 2010) indica como principais obstáculos à migração:

1. a baixa qualificação dos migrantes e a sua insuficiência de recursos;
2. a oferta de trabalho nas cidades;
3. o facto da procura de mão de obra crescer menos que o produto;
4. marginalização do migrante (resultaria na formação massificada industrial de reserva).

Para finalizar a exposição das mais relevantes teorias das migrações internacionais, apresentamos a Teoria do Mercado Dual de Trabalho, desenvolvida na década de 60, em oposição à ideia de mercado equilibrado exposta e referenciada pela teoria económica neo – clássica. Segundo esta teoria, existem atividades que funcionam com base num mercado de trabalho que afasta grande parte dos cidadãos nacionais e atrai migrantes provenientes sobretudo de regiões pobres. Isto sugere que não existe imigração sem uma “procura” económica específica. O fato de existir migração, de acordo com Piore (1975) [citado em Gonçalves (2009)], deve-se ao facto de imigrante e nativos responderem a diferentes ofertas de trabalho, nomeadamente no mercado de trabalho primário e secundário. O mercado primário é mais favorável e carateriza-se por necessitar de qualificações elevadas, com melhores ordenados e com possibilidade de ascensão hierárquica na carreira. No mercado secundário os empregos têm uma baixa remuneração, exigem por norma qualificações baixas e é menos propício à mobilidade profissional. Segundo Portes (1981) [citado em Peixoto (2004)], os migrantes atraídos pelo mercado primário apresentam caraterísticas como: a entrada no país por canais legais, o acesso ao emprego pelas qualidades individuais, as condições de mobilidade idênticas à dos nativos e são, (muitas vezes) um “reforço” à força de trabalho nacional. O acesso ao mercado secundário apresenta um estatuto jurídico precário, com recrutamento baseado nas origens étnicas e não nas qualificações, o que poderá tornar mais difícil a adaptação dos migrantes neste tipo de mercado de trabalho.

As teorias das migrações internacionais, quer dos autores clássicos, quer as teorias contemporâneas, não focam diretamente o género feminino. Encaram o fenómeno como uma situação em que o individuo sai do seu local de residência à procura de melhores condições e expõem as várias perspetivas que dão a conhecer como pode o sujeito tomar a decisão antes de partir e para onde partir, como por exemplo, se é influenciado quer pela situação pessoal, quer familiar. No contexto da inexistência de foco no género no fenómeno em estudo, seguidamente expõe-se a relação entre as migrações internacionais e a feminização e a forma como esta pode estar condicionada, ou motivada, por fatores internos e externos ao indivíduo.

# ****II.II - A não consideração do género nas teorias das migrações internacionais****

Estando já descritas as diferenças e desigualdades existentes entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, assim como entre países emissores e receptores de migrantes, conclui-se que sempre existiram homens e mulheres imigrantes. Contudo, há fatores relevantes que determinam a imigração de ambos, nomeadamente a desigualdade de género no país de origem, a discriminação na legislação nos países de origem e de acolhimento, as condições de satisfação e a oferta laboral nos países de destino.

Tal como é referido no ponto I.I os fenómenos migratórios têm vindo a sofrer alterações notórias, sendo a crescente feminização uma das maiores mudanças nos movimentos populacionais.

No final do século XIX, e no inicio do século XX, uma grande parte da população feminina era originária de áreas rurais e desempenhava tarefas na agricultura, serviços domésticos. Apenas uma pequena minoria trabalhava no setor da indústria. Até ao final da década de 60 as mulheres não predominavam no mercado de trabalho. Prevalecia a imagem da mulher economicamente dependente, o que acabou por influenciar as teorias das migrações. As mulheres eram encaradas donas de casa e cuidadoras dos filhos. Segundo Zlotnik (1995) (citado em Miranda, 2009) foi na mesma década que começou a ser notada a invisibilidade do género feminino nas migrações. Apesar de ser no século XX que esta invisibilidade despertou curiosidade, já Ravenstein (1885) (citado em Gonçalves, 2009) notava que as mulheres dominavam os movimentos populacionais de curta distância, mas estes factos foram ignorados nos estudos posteriores sobre a migração.

Nas décadas de 70 e de 80 a mulher “moderna” emancipou-se dos seus valores e comportamentos tradicionais e acaba por viajar com o intuito de se juntar ao conjugue que se encontrava noutro país. Foi na década de 80 e na seguinte (90) que passou a existir um foco maior para as questões da equidade do género. O género é encarado como a identidade, a crença, o poder das relações, os ideais, as expectativas e até pelas crenças religiosas que são construídas pela cultura da sociedade em que a mulher está inserida.

Apesar de o género não ser considerado nas teorias mais antigas, as mulheres estavam presentes nas migrações. Por exemplo no caso do Brasil enquanto receptor, na primeira década do século XX a percentagem feminina alcançava mais de 25% de entradas. Na segunda década – anos 20 – eram cerca de 35% a 40%. A migração passou de predominantemente masculina, temporária e individual para familiar e permanente. Anteriormente, século XIX- década de 50**,** no Sul do Brasil,as imigrantes portuguesas desempenhavam tarefas fabris. O processo de industrialização no Brasil iniciou-se em meados do século XIX e, a presença da imigrante feminina era uma realidade. Getúlio Vagas apostava nos desempregados, nas mulheres e nas crianças com baixos níveis de escolaridade ou analfabetas por serem mão de obra mais barata. O fluxo de imigrantes portugueses era maioritariamente masculino (menores de idade) mas a mulher portuguesa rapidamente passou a ser visível, não só para estar no seio familiar, mas também porque algumas iam sós e, por vezes, eram até vítimas de prostituição (ver Matos, 2009).

Não obstante esta realidade, a mulher portuguesa no Brasil tinha na época a imagem de trabalhadora, incansável, forte, corajosa, boa dona de casa e boa mãe. Enquanto esposas, tinham um papel ativo, contribuindo não só para o pagamento das despesas domésticas como também para a formação de outras mulheres que não pertenciam ao meio familiar. Muitos são os casos de raparigas que atraiam outras mulheres da família para imigrarem, tal como Boschilia (2010:§§) afirma: “Dois meses após da chegada em Curitiba, Maria e as irmãs, Arminda e Elvira conseguiram um emprego na fábrica (...). Além de atender à principal exigência, que era a cor branca (...). Algum tempo depois, era a vez de Maria e suas irmãs a conseguirem empregar suas primas, recém - chegadas de Portugal. Assim, em pouco tempo, mais de uma dezena de imigrantes portuguesas passou a dividir espaço com aproximadamente duas dezenas de operárias curitibanas.”

A migração por género apresenta vários impactos que dependem de diversos fatores, todos eles com implicações, designadamente no tipo de migração que é desenvolvida (e que pode ser temporária[[9]](#footnote-9), permanente[[10]](#footnote-10), irregular, regular, laboral, motivada por uma catástrofe natural e até por regulações de género).

Atualmente, nas migrações contemporâneas, as mulheres representam cerca de 48% dos fluxos internacionais totais. Apesar desta percentagem não se ter alterado desde a década de 1960, as Nações Unidas referem que as mulheres e respetivos argumentos migratórios apresentam um impacto significativo na tomada de decisão sobre a migração, onde são focados três níveis que influenciam as suas decisões: o individual, o familiar e o societal (papel perante a sociedade) (ver Boyd e Grieco, 2003)).

O nível individual inclui: idade, ordem de nascimento, raça, etnia, origens (rurais ou urbanas), estado civil, fertilidade (se está em idade fértil), posição na família (se tem autoridade ou se é subordinada), habilitações académicas, ocupação, experiência laboral e posição/classe social.

O segundo nível é o familiar, e subentende a idade, estado ou ciclo de vida, a estrutura familiar, aspetos relacionados e dependentes do nível individual. Os fatores sociais incluem as normas da comunidade, valores culturais que determinam se as mulheres podem migrar, e de que forma o farão, e com quem o podem fazer (sozinhas ou acompanhadas por algum familiar). O contexto familiar é particularmente significativo para o estudo da migração feminina porque é usual a subordinação do papel da mulher no contexto familiar. Muitas vezes, a família define os papéis da mulher não só perante a família, como também perante a sociedade, e são estes papéis que acabam por determinar a sua motivação e o incentivo a migrar.

Contudo, não são apenas os três tipos de níveis referidos anteriormente tem influência na tomada de decisão. As políticas nacionais nos países de origem podem afetar a decisão de migração, quer pela proibição, pela seleção, pela promoção ou pelas regras de expulsão que podem afetar homens e mulheres migrantes de forma diferente. Para além das políticas nacionais, as leis migratórias e regulamentações do país de destino também afetam o fenómeno migratório. As leis e as regulamentações podem ter uma influência na mulher pelo seu papel familiar e não laboral, ou seja, a imagem que a mulher ainda apresenta na sociedade pode afetar o tipo de trabalho desempenhado e a forma como está regulamentado.

Para além das políticas nacionais, das leis migratórias e regulamentações dos países, as etapas migratórias também influenciam o género feminino na decisão. Estas etapas estão mais focadas para justificar a invisibilidade do género feminino nas teorias das migrações. As etapas são três: a pré-migração, que está focada nos fatores que ocorrem no país de origem e que influenciam homens e mulheres a migrarem, incluindo fatores macro e micro/individuais, divididos em três áreas: 1) relações do género, 2) status e papéis desempenhados, 3) caraterísticas estruturais do país de origem.

Nesta primeira etapa considera-se que a probabilidade de mulheres migrarem tanto quanto os homens é determinada essencialmente pela facilidade em tomar decisões e também pelo acesso a recursos financeiros e a informação que são necessários para migrar. Esta probabilidade é influenciada pelo ambiente familiar e pelo contexto em que os indivíduos estão inseridos, uma vez que a família é de extrema relevância para o estudo do fenómeno migratório feminino pela usual subordinação perante a autoridade masculina. É também a família quem define, muitas vezes, os papéis desempenhados pela mulher e quem desencoraja ou encoraja a decisão sobre o ato de migrar. A mulher muitas vezes está sujeita à autoridade patriarcal que pode condicionar a sua independência, e afetar a possibilidade de aceder aos vários recursos (educação, formação, emprego, informação) que são auxílios para a migração.

Devido à probabilidade da migração da mulher estar e ser influenciada pelas relações com a família e com a sociedade (estratificação sexual e posição na sociedade) a migração é encarada como um fenómeno seletivo de género. Há maior probabilidade de migração para as mulheres caso as funções na economia local não sejam fundamentais, ainda que, as situações de desemprego encorajem as mulheres a migrarem. Independentemente da função da mulher na economia local e das alterações sociais, também há mulheres que podem ser forçadas a migrar por estarem marginalizadas, e até para fugir à subordinação a que estavam sujeitas no país de origem.

Os fatores macro/estruturais do país de origem também influenciam o género neste fenómeno. Estes fatores incluem: o tipo de economia (agrária, industrial, de serviços) e o nível de desenvolvimento das mesmas, os tipos de economia presente nas várias comunidades (desenvolvidas, mistas – agrárias/industriais), o nível de deslocamento causado pelas alterações económicas e tipos de produção tecnológica, legislação relativa à terra, condições de mercado laboral e de trabalho, possibilidade de providenciar emprego e os tipos de emprego disponíveis, a possibilidade do governo providenciar infraestruturas (educação, formação, saúde), localização geográfica do país e o idioma, a relação e a integração da economia nacional na economia global, as condições de oferta e demanda dos fatores de produção no envio ou recepção de comunidades, por último a ausência ou presença de sistemas de migração estabelecidas nas diversas áreas.

Na segunda etapa, transição para o país de acolhimento, considera-se o ato de migrar, (deixar o país de origem e entrar no país de destino), onde o desejo individual por parte do individuo em tornar-se migrante internacional deve ser compatível com as condições de partida da sua sociedade e as de entrada e de permanência dos países potenciais para recepção de migrantes. Ou seja, as políticas de ambos os países e as imagens estereotipadas de ambos os géneros e os papéis associados aos mesmos determinam as caraterísticas dos fluxos migratórios, e os Estados apresentam um papel determinante sobre as caraterísticas dos fluxos, durante o século XX muitos Estados removeram a discriminação em legislação e respetiva regulamentação.

As políticas dos países de origem são uma influencia determinante da migração pela proibição, seleção, permissão, promoção ou expulsão que podem afetar os géneros de formas diferentes. Por exemplo, alguns países implementaram regulamentações para protegerem o género feminino da exploração, o que poderá impedir as mulheres de desenvolverem uma migração laboral para esses países. Assim, pode existir uma influencia perante os géneros de quatro formas: 1) as políticas migratórias que assumem as mulheres como “dependentes” e os homens como “independentes” (as mulheres são muitas vezes classificadas pelos papéis que assumem perante a sociedade - donas de casa - o que lhes dá uma posição de dependência e desvantagens perante os homens); 2) as sociedades receptoras que colocam o género feminino primeiramente no papel familiar e só posteriormente no papel laboral. Onde há o direito ao trabalho e o direito à residência, a mulher pode ficar numa situação de dependência económica perante outros membros da família até obter permissão para trabalhar, ou em situação de ilegalidade. As mulheres apresentam assim maior vulnerabilidade à exploração laboral, baixos salários e más condições de trabalho, o que influencia o pedido de autorização de trabalho; 3) os estereótipos e os papéis desempenhados pela mulher na sociedade podem influenciar o tipo de trabalho para a qual é recrutada. Geralmente, são admitidas em ocupações “femininas”; 4) os pré-juízos relativos ao status e ao papel da mulher nas sociedades de origem, e no seio familiar, podem influenciar as medidas de recrutamento de países onde a mão de obra estrangeira tem um peso significativo, limitando as oportunidades para as mulheres.

Por fim, a última etapa refere-se às experiências na sociedade de acolhimento e centra-se em fatores que ocorrem no destino e que influenciam a adaptação e a interação dentro da sociedade acolhedora para ambos os géneros. O desenvolvimento da economia poderá afetar o papel económico dos géneros, por estimular ou retardar a migração internacional das mulheres relativamente aos homens.

Referimos a ausência do género nas teorias migratórias relativas à migração, longe dos espaços de origem, as mulheres enfrentam dificuldades diversas, designadamente: a falta de comprometimento relativamente à regularização de burocracias por parte da entidade empregadora, baixos salários, não pagamento de horas extraordinárias, violência e abuso sexual por parte de alguns patrões, sobrecarga de trabalho, dificuldade de adaptação aos costumes e hábitos da população local, ao idioma, ao clima, à alimentação, entre outros fatores (ver Lisboa, 2007, citado em Miranda, 2009). Sutcliffle (1994) considera que existem quatro diferenças relativamente ao género, que justificam o tratamento diferenciado dos géneros nas teorias sobre migrações:

- condições e tipo de trabalho, pois muitos trabalhos estão vocacionados para homens (ainda que existam trabalhos quase exclusivos para mulheres);

- nos casos de ocupações que não estão associados ao género (sobretudo as mais qualificadas), a discriminação contra a mulher na educação torna-as menos qualificadas e, por isso, menos competitivas neste tipo de mercado de trabalho;

- em muitas ondas migratórias o homem é o primeiro a migrar, e as mulheres imigram como dependentes – esposas, filhas, mães – e não por direito próprio;

- certas formas de migração estão associadas a abusos de diversos tipos contra as mulheres, sobretudo os sexuais.

Existe um conjunto de fatores que explicam as migrações femininas. Muitas mulheres migrantes são viúvas, rejeitadas por não cumprirem os padrões estabelecidos nas sociedades de origem e são divorciadas. Estas mulheres por vezes sentem pressões sociais que as levam a migrar. A nível internacional, grande parte das mulheres que migram provêm das áreas urbanas. Segundo Morokvasic (1984), as mulheres não migram só por razões económicas, mas também por corte com a sociedade de origem.

Há regiões em que as mulheres ultrapassam o género masculino em algumas das correntes migratórias no contexto internacional. No Sri Lanka e nas Filipinas, por exemplo, quem imigra maioritariamente são as mulheres (sobretudo jovens), que acabam por desempenhar principalmente tarefas domésticas nos países de acolhimento. Em ambos os casos as mulheres deslocam-se para diversos países da Europa e também para os Estados Unidos da América.

No século XX, e na sequência da implementação de políticas de imigração na Europa, entre 1973 e 1974, as mulheres dominaram os fluxos de entrada, ainda que representassem uma minoria no *stock* de imigrantes. A partir de então começou a falar-se em feminização na imigração na Europa, mas, até este aí as mulheres que imigravam sós não eram teoricamente relevantes. A feminização na imigração resulta na recomposição do capital à escala mundial.

Barou (1996) (citado em Gonçalves, 2009) defende que as mulheres não são tão susceptíveis a regressar ao país de origem quanto os homens. Isto porque o regresso pode significar perder algumas vantagens que conseguiram enquanto migrantes, designadamente: emprego (maior facilidade de acesso), autoridade e poder. Muitas vezes, a cultura de origem é limitativa no que toca à liberdade feminina, e até discriminatória.

Atualmente as mulheres representam cerca de metade dos fluxos migratórios internacionais, o que corresponde a cerca de 175 milhões de pessoas migrantes. Este valor resulta da integração no mercado de trabalho, mas também, da emancipação feminina perante os valores, crenças, hábitos e costumes.

# ****III – Portugal**** ****um país predominantemente emissor que passa a país receptor de imigração****

# ****III.I – A evolução de Portugal no contexto migratório****

Portugal, tradicionalmente um país de emigrantes, viu ao longo do século XX (sobretudo nas décadas de sessenta e de setenta) sair cerca de um milhão e meio de portugueses do seu território. Estes emigraram sobretudo para outros países da Europa e para o continente americano. Como justificação para esta corrente migratória massificada aponta-se o atraso económico e a guerra nas colónias africanas. Após o 25 de abril de 1974, o país tornou-se um espaço de imigração e, ao longo das últimas décadas, tem sido visível o aumento de aglomerados de imigrantes em volta do tecido urbano, principalmente de Lisboa.

Apesar da realidade portuguesa ser mista (ou seja o país é emissor e receptor) é pertinente desenvolver uma breve retrospetiva relativa à emigração portuguesa. Esta é um fenómeno bastante antigo e também recorrente historicamente. Oliveira (2008:41) refere que “se antes, na época colonial, os portugueses aqui chegavam como os quadros dirigentes da administração colonial, a partir de 1850, o estatuto de português no Brasil vai ser modificado, passando a ser o trabalhador (em sua maioria) e o comerciante urbano.” Entre os séculos XVI e XVIII a movimentação, no interior do Império Português não era livre. Durante os séculos XIX e XX, concretamente entre 1850 e 1930, a corrente emigratória sofria mutações quanto à tolerância por parte do Governo, havendo momentos de grande repressão (1850 a 1870) e momentos de liberalização relativa.

Neste contexto da colónia do Brasil, refere-se que de 1855 a 1914, saíram de Portugal com esse destino 1,3 milhões de portugueses, estando lá cerca de 80 a 90% dos emigrantes portugueses. Tendo em conta a abundância do fluxo migratório desta época, e também pelas remessas económicas que eram bastante importantes, o Estado Português começou a direcionar os fluxos emigratórios para as restantes colónias.

A transição de mão de obra escrava para livre e o processo de industrialização tiveram impacto nos fluxos emigratórios portugueses. Para além da existência da política que incentivava a entrada de imigrantes praticada pelo Brasil, a proximidade cultural é também um fator a considerar nas emigrações massificadas de Portugal.

Além do Brasil também os EUA e a Venezuela eram destinos relevantes. Sobre as emigrações portuguesas nas primeiras décadas do século XX, Baganha (2009) (citado em Marques e Góis, 2013) assinala que “o sistema migratório lusófono seria um sistema bem estruturado, estável e consistente(...) que é mantido através de múltiplas trocas de fluxos de pessoas, bens, serviços, remessas, etc. e que é sustentado por redes densas informais e formais de contactos, relações e acordos”.

O regime fascista influenciou a história das emigrações de Portugal e, até 1974, praticamente não houve migração. Esta passou a existir com a integração europeia. Apesar da anteriormente referida importância das migrações atlânticas, os movimentos para a Europa ganharam força sobretudo após a II Guerra Mundial. Vários países europeus encontravam-se sem infra- estruturas e sem acessibilidades e era necessária mão de obra migrante para a reconstrução. Com a queda da ditadura e o início da descolonização africana, as entradas em Portugal aumentaram brutalmente, provocando alterações nos fluxos migratórios. Portugal passa de “país de emigração” a “país de imigração”, fenómeno que se acentua nos últimos anos do século XX. Na fase inicial teve como base, sobretudo, o regresso de cidadãos portugueses que viviam nas colónias africanas.

Durante a década de 80, os fluxos migratórios mais intensos foram, sobretudo o intra-europeu. Anos mais tarde, ganhou de novo força o “sistema migratório lusófono[[11]](#footnote-11)”. Na década de 90 (segundo Peixoto,2004, citado em Marques e Góis, 2013) começou a entrada de imigrantes brasileiros (ainda que pouco significativa), de cidadãos dos PALOP, e também do leste europeu (pouco significativo). Quer os europeus, quer os sul americanos pertenciam a quadros qualificados, ao contrário do que acontecia com os imigrantes africanos, cujas habilitações académicas eram baixas.

Desde que Portugal entrou na CEE, o seu regime migratório é misto. O país passou a ser tanto emissor como receptor de migrantes (ver Pinho, 2012). Esta transformação deve-se ao crescimento económico, à reestruturação económica, à dualidade no mercado de trabalho e ao tipo de regulação sectorial, (Peixoto,2004, citado em Pinho,2012). Assim, quando um país é do tipo misto, como Portugal, há bastante dificuldade em identificar e descrever o sistema migratório, pois existem várias perspetivas sobre os fluxos e também a incorporação de outros sistemas.

Compreendendo a complexidade da realidade migratória portuguesa Malheiros (2005) (citado em Marques e Góis, 2013) indica que Portugal pertence a três sub–sistemas migratórios:

1. sistema de estrutura emigratória consolidada euro-americana (sistema migratório europeu e sistema migratório americano);
2. sistema da imigração lusófona;
3. sistema com nova dinâmica e ligações com os imigrantes de leste;

Segundo Malheiros (2005), os três sistemas devem ser analisados conjuntamente para se obter a imagem completa de Portugal no contexto migratório no século XXI. Além destes três sistemas o país também faz parte do Sistema Migratório da Europa Ocidental[[12]](#footnote-12), devido ao fato de na década de 60 ter sido país emissor de mão de obra e receptor de migrantes bastante qualificados após a adesão à CEE. Já na primeira década do novo século, assistiu-se à entrada massificada de imigrantes de Leste que acabaram por ser inseridos em trabalhos pouco qualificados.

No âmbito do Sistema Migratório da Europa Ocidental, Portugal participa no Sistema Migratório norte – americano por redistribuir migrantes oriundos de outros países do sistema migratório lusófono, e funciona também como receptor de migrantes altamente qualificados e emissor de estudantes.

É também necessário considerar os sistemas migratórios sul–americano e africano. Portugal foi país de acolhimento de imigrantes brasileiros (maioritariamente) e país de transição dos mesmos para o sistema migratório europeu. Muitos cidadãos brasileiros, após a legalização em Portugal, imigram para outros países europeus. Também no sistema africano, Portugal funciona simultaneamente como centro receptor como redistribuidor para o sistema migratório europeu.

Estes sistemas refletem conjunturas políticas, legislativas, económicas e sociais em mutação, que posteriormente formam novos sistemas. Assim, os processos migratórios são influenciados por estruturas micro, macro e intermédias. As estruturas micro são constituídas pelos indivíduos, e pelas condições económicas e sociais; a nível macro são relevantes as condições da economia de mercado global. A nível intermédio destacam-se as relações informais, desenvolvidas pelos migrantes e pelas organizações que organizam ou facilitam a migração.

Sendo Portugal um país de migração de tipo misto é relevante analisar as dinâmicas na emigração portuguesa, o que levará à melhor compreensão da classificação sistemática anteriormente referida. Segundo, Marques e Góis (2013:192) existem 4 fases de expansão e retração no nosso sistema migratório:

* Expansão dos anos 60: emigrações intraeuropeia dos anos 60 e início dos anos 70;
* Retração: década de 70 – meados dos anos 80;
* Expansão: a partir de meados dos anos 80;
* Intensificação da expansão: a partir de final dos anos 90.

A expansão dos anos 60 marca o início da participação mais intensa no processo migratório de mão de obra para os países mais industrializados da Europa. Entre 1962 e 1973 saíram de Portugal cerca de um milhão de pessoas tendo como principais destinos a França e a Alemanha.

Com a crise petrolífera da década de 70 (1973/1974), verificou-se um decréscimo nos fluxos emigratórios portugueses e, a partir de 1974, o volume de emigrantes nunca ultrapassou as 30 000 saídas anuais. A par deste decréscimo, houve uma evolução positiva no número de migrantes que regressou a Portugal, sobretudo retornados das ex-colónias. Acrescenta-se a importância da revolução de 1974 que levou ao processo de descolonização e que originou consequências na realidade migratória do país. Deste modo as ex colónias Angola e Moçambique registaram cerca de 94% das repatriações, segundo (2013; 220) o que aumentou o número de imigrantes em Portugal. Não obstante, os mesmos países depararam-se com guerras civis e fome, originando um êxodo de refugiados que acabaram por se dirigia a Portugal. Portugal funcionou também como uma placa migratória, sendo país de entrada para imigrantes com destino ao resto da Europa e também para o continente americano.

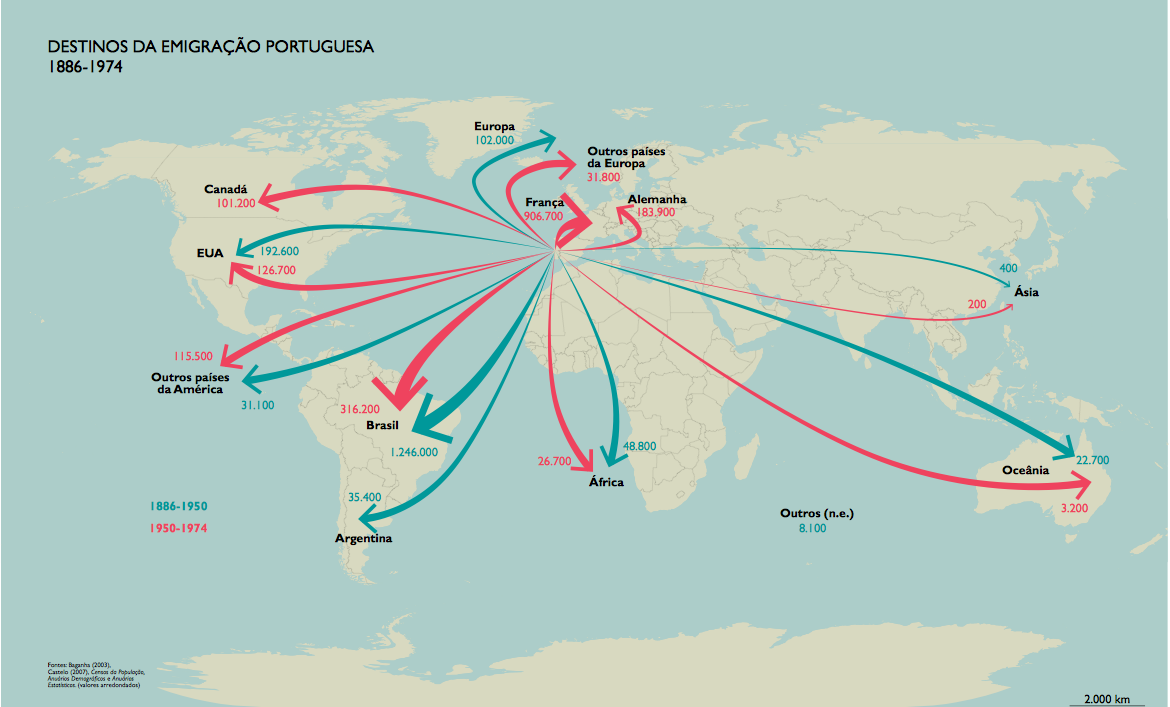
Até meados da década de 80 e princípios da década de 90, voltou a aumentar o número de saídas de emigrantes. Foram atingidas as 33 000 saídas anuais com destino aos países europeus, com destaque para a Suíça. Durante a década de 90, a imigração é também caraterizada pelas seguintes três tendências principais:

* Consolidação imigratória africana constituída por indivíduos das ex-colónias e respetivos descendentes;
* Rápido crescimento de novas correntes migratórias cujas origens culturais e geográficas eram bastante diversificadas, conjugando sobretudo africanos, brasileiros e cidadãos da Europa de Leste e de outros países europeus;
* Elevado número de imigrantes ilegais, nomeadamente da Europa de Leste (Roménia, Ucrânia, Moldávia). E a nova vaga da imigração brasileira, onde o nível de feminização era elevado. Reforça-se também os fluxos da imigração chinesa e do subcontinente Indiano (Índia, Paquistão e Bangladesh) que também apresentam alguma relevância.

No novo século, os portugueses voltam a emigrar com maior intensidade, devido à contração económica e ao agravamento da crise financeira a nível internacional e também nacional. Simultaneamente, os fluxos imigratórios são ainda consideráveis. Entre 2001 e 2003 foram concedidos 183 655 títulos de permanência maioritariamente a cidadãos ucranianos e brasileiros. Os imigrantes em situação legal eram de 113 978 em 1991, e 350 000 em 2001.

No ano de 2010, o total de imigrantes em Portugal é de 446 262, representando 4,2% do total da população residente. As nacionalidades mais representativas são a brasileira, ucraniana, cabo–verdeana, romena e angolana. Os cidadãos oriundos da Guiné–Bissau, Moldávia, Reino Unido e China são também bastante significativos em Portugal.

Imagem 1 – Os fluxos migratórios de emigrantes portugueses – destinos mundiais.

Fonte: [http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30345078/](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30345078/MIB__PG__JCLM.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1391030715&Signature=clAYOVgGUWq0bCWFDZOcs09FWO0%3D&response-content-disposition=inline)

A Imagem 1 mostra os destinos dos emigrantes portugueses. Nas sestas verdes, que correspondem ao período de 1886 a 1950, os destinos para os quais os portugueses se deslocavam eram os Estados Unidos da América, o Brasil e a África. De 1950 a 1974, período representado com setas encarnadas, verificam-se novos destinos como o Canadá, a Alemanha e a França.

**III.II – Portugal enquanto receptor: análise dos dados do SEF para o período em estudo**

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) tem como missão principal dar execução à política de imigração e asilo de Portugal, de acordo com as disposições legais e com as orientações emitidas pelo Governo de Portugal. É um serviço de segurança, que está organizado de forma hierárquica e pertence ao Ministério da Administração Interna. Após a revolução de Abril de 1974, com a extinção da Direção Geral de Segurança, passou a ser da responsabilidade da Polícia Judiciária o controlo de estrangeiros em território nacional. Mais tarde, para dar resposta às necessidades, criou-se o SEF com a organização estrutural atual.

O SEF tem como objetivos fundamentais controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e atividades de estrangeiros em território nacional, e também estudar, promover, coordenar e executar as medidas e ações relacionadas com os movimentos migratórios.

No âmbito das ações que esta instituição desenvolve, compete-lhe:

1. Vigiar e fiscalizar os postos de fronteiras, incluindo a zona internacional dos portos e aeroportos relativamente à circulação de pessoas, podendo até impedir o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações sem documentação ou que se apresentem em situação irregular;
2. Impedir o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações e aeronaves que provenham de portos ou aeroportos de risco sob o aspeto sanitário, sem prévio consentimento das autoridades sanitárias competentes;
3. Proceder ao controlo da circulação de pessoas na fronteira, impedindo a entrada ou saída do território nacional de pessoas que não cumpram os requisitos legais exigidos;
4. Autorizar e verificar a entrada de pessoas a bordo de embarcações e aeronaves;
5. Controlar e fiscalizar a permanência e atividade dos estrangeiros em todo o território nacional;
6. Assegurar a realização de controlos móveis e de operações conjuntas com serviços ou forças de segurança nacional e espanhola;
7. Proceder à investigação dos crimes de auxílio à imigração ilegal, assim como, investigar órgãos que lhe estejam associados;
8. Emitir o parecer relativamente a vistos consulares;
9. Analisar e dar parecer sobre os processos de concessão de nacionalidade portuguesa por naturalização;
10. Assegurar a gestão de dados relativos à parte de NSIS, sem prejuízo de outros organismos de informação comuns aos Estados Membros da União Europeia;
11. Cooperar com as representações diplomáticas e consulares de outros Estados, devidamente representados em Portugal, e também no repatriamento de cidadãos;
12. Assegurar relações de cooperação com todos os órgãos e serviços de Estado, nomeadamente com outras forças de segurança, tal como organizações não governamentais legalmente conhecidas;
13. Emitir o passaporte comum e o passaporte temporário português;
14. Assegurar o cumprimento das atribuições previstas na legislação sobre entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;
15. Coordenar a cooperação entre as forças e serviços de segurança nacionais e de outros países sobre circulação de pessoas, controlo de estrangeiros e de investigação dos crimes sobre imigração ilegal;
16. Assegurar o planeamento e a execução da assistência técnica necessária ao funcionamento dos centros de cooperação policial e aduaneira em sistemas de informação, plataformas digitais de trabalho e sistemas de comunicação.

No contexto internacional, o SEF desempenha as seguintes funções:

1. colaborar com serviços militares de outros países e estabelecer cooperação;
2. assegurar compromissos assumidos no âmbito da cooperação internacional nos termos previstos a nível legal;
3. garantir por determinação do Governo Português a representação do mesmo aquando é necessário de acordo com o estipulado no Acordo de Schengen;
4. assegurar por decisão do Governo a representação do Estado Português a nível da União Europeia no Comité da Imigração, Fronteiras e Asilo e no Grupo de Alto Nível de Asilo de Migração, no Grupo de Migração de Budapeste e noutras organizações internacionais, assim como participar nos grupos de trabalho de cooperação policial que estejam relacionados com assuntos do SEF.

A partir de 2006, para colocar em prática a política nacional de migração, a atuação do SEF passa a orientar-se segundo quatro eixos: na regulação dos fluxos migratórios, na promoção da imigração legal, na luta contra a imigração clandestina e na integração dos imigrantes. Com base nestes eixos o SEF determinou como objetivos estratégicos a melhoria da ação de fiscalização e de controlo de fronteiras, a melhoria no atendimento ao público, o reforço ao combate da imigração ilegal, ao tráfico de pessoas, o reforço pela qualidade documental, sobretudo com a introdução do passaporte electrónico e, por fim, o aumento da formação interna e internacional.

Com base nos relatórios foram elaboradas pelo SEF, foram realizadas várias tabelas sobre as nacionalidades com maior volume em Portugal: Cabo Verde, Brasil, Angola, Guiné e Ucrânia, onde são discriminados os números de indivíduos por género e o ano de chegada.

No quadro 2 é descrito o número de indivíduos de nacionalidade cabo-verdeana, com entrada nos anos em estudo nesta dissertação. Cabo Verde foi a nacionalidade que maior peso teve nos fluxos imigratórios para Portugal. Destaca-se o ano de 2007 onde o número de indivíduos é claramente mais significativo do que os dos anos anteriores e seguintes, um total de 61110, 27432 do género feminino e 33678 do género masculino.

Quadro 2 – Ano de chegada e número de indivíduos por género de cidadania cabo-verdeana.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Cidadania Cabo-Verdeana | | |
| Ano | Feminino | Masculino |
| 2000 | 19 793 | 27 423 |
| 2001 | 21 309 | 28 621 |
| 2002 | 22 677 | 29 680 |
| 2003 | 23 527 | 30 331 |
| 2004 | 24 494 | 31 096 |
| 2005 | 24 974 | 31 459 |
| 2006 | 25 527 | 31 812 |
| 2007 | 27 432 | 33 678 |
| 2008 | 26 459 | 24 428 |
| 2009 | 25 355 | 23 062 |
| 2010 | 23 206 | 20 574 |

Fonte: Relatórios do SEF, desde 2000 a 2010, elaborado pela autora.

No quadro 3 relativo à cidadania brasileira, onde a partir do ano de 2002 o número de imigrantes femininas é superior ao de imigrantes masculinos. Para tentar compreender esta disparidade de valores, quer em comparação com o sexo masculino, quer com o sexo feminino de outras nacionalidades, foram realizadas entrevistas presenciais a mulheres brasileiras – amostra de conveniência – e os resultados são dados a conhecer no capítulo V.

Apesar da nacionalidade brasileira ter optado por imigrar para Portugal principalmente a partir do final da década de 80 até ao final da década de 2000, o número de entradas de cidadãos de ambos os géneros conseguiram ultrapassar outras nacionalidades provenientes do continente africano, tornando-se assim a segunda nacionalidade de maior relevância durante a década de 2000 em Portugal.

Quadro 3 – Ano de chegada a Portugal e número de indivíduos por género de cidadania brasileira.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Cidadania brasileira | | |
| Ano | Feminino | Masculino |
| 2000 | 10640 | 11771 |
| 2001 | 11388 | 12 153 |
| 2002 | 12563 | 12 301 |
| 2003 | 13491 | 13 070 |
| 2004 | 15141 | 13 815 |
| 2005 | 16884 | 14 662 |
| 2006 | 21122 | 18 647 |
| 2007 | 34520 | 31834 |
| 2008 | 57494 | 49 467 |
| 2009 | 63966 | 51 916 |
| 2010 | 66885 | 52 478 |

Fonte: Relatórios do SEF de 2000 a 2010, elaborado pela autora.

No quadro 4 relativo à nacionalidade angolana, pode observar-se que o número de cidadãs femininas é predominante nos anos de 2008 e 2010.

Quadro 4 – Ano de chegada e número de indivíduos por género de cidadania angolana.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ano | Cidadania angolana | |
|  | Feminino | Masculino |
| 2000 | 8623 | 11845 |
| 2001 | 9782 | 12848 |
| 2002 | 10935 | 13703 |
| 2003 | 11514 | 14167 |
| 2004 | 12105 | 14597 |
| 2005 | 12743 | 14954 |
| 2006 | 13282 | 15436 |
| 2007 | 15118 | 17610 |
| 2008 | 13916 | 13703 |
| 2009 | 13209 | 13083 |
| 2010 | 11960 | 11534 |

Fonte: Relatórios do SEF de 2000 a 2010, elaborado pela autora.

No Quadro 5 os dados são relativos a indivíduos de nacionalidade guineense, que é a quarta nacionalidade com maior representatividade em Portugal, e a terceira dos PALOP – Países africanos de língua oficial portuguesa. Esta nacionalidade apresenta valores mais baixos em comparação com Cabo Verde e Angola. Contudo, no ano de 2008 é aquela onde mais cidadãos de ambos os géneros entraram em Portugal.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ano | Cidadania guineense | |
|  | Feminino | Masculino |
| 2000 | 4500 | 11506 |
| 2001 | 5244 | 12336 |
| 2002 | 6034 | 13079 |
| 2003 | 6627 | 13582 |
| 2004 | 7004 | 13821 |
| 2005 | 7261 | 13997 |
| 2006 | 7477 | 14390 |
| 2007 | 8178 | 15555 |
| 2008 | 9462 | 14928 |
| 2009 | 8741 | 13663 |
| 2010 | 8181 | 11636 |

Quadro 5 – Ano de chegada e número de indivíduos por género de cidadania guineense.

Fonte: Relatórios do SEF de 2000 a 2010, elaborado pela autora.

No quadro 6 constata-se que a nacionalidade ucraniana apresentou um volume mais significativo nos anos de 2008 e 2009, sendo o género masculino o que apresenta maior representatividade (30 070 e 22424, respetivamente).

Quadro 6 – Ano de chegada e número de indivíduos por género de cidadania ucraniana.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Cidadania ucraniana | | |
| Ano | Feminino | Masculino |
| 2000 | 77 | 86 |
| 2001 | 96 | 100 |
| 2002 | 153 | 132 |
| 2003 | 46 | 88 |
| 2004 | 841 | 656 |
| 2005 | 1155 | 915 |
| 2006 | 17066 | 12101 |
| 2007 | 15237 | 24243 |
| 2008 | 22424 | 30070 |
| 2009 | 22767 | 29486 |
| 2010 | 22340 | 27165 |

Fonte: Relatórios do SEF de 2000 a 2010, elaborado pela autora.

A observação dos quadros 3 a 6, mostra que as nacionalidades com maior número de imigrantes no período de 2000 a 2010 – período em estudo - são a cabo-verdeana e a brasileira (a partir de 2007). À exceção da nacionalidade brasileira, nas restantes (cabo-verdeana, angolana, guineense e ucraniana) o género masculino tem maior representatividade. Em 2008, para a nacionalidade angolana, o número de imigrantes femininas foi superior aos imigrantes masculinos. Apesar de o Brasil apresentar valores muito superiores após 2007, é Cabo Verde o país com mais imigrantes a residir em Portugal.

A informação contida nos quadros mostra que os cidadãos oriundos dos PALOP têm vindo a diminuir, enquanto a nacionalidade brasileira e ucraniana aumentaram.

No ano de 2008, em todas as nacionalidades referidas nos quadros de 3 a 6 constata-se que o número de imigrantes (independentemente do género) é relativamente superior aos anos anteriores e seguintes. Neste ano residiam 440 277 estrangeiros legais em Portugal, sendo o grupo de brasileiros o mais representativo com 106 961 residentes. Seguindo-se Cabo Verde, com 308 867 residentes e os cidadãos de nacionalidade ucraniana, com um total de 52 484 indivíduos.

No que diz respeito a espaços geográficos, os imigrantes que se encontram em Portugal estão situados maioritariamente em Lisboa, Setúbal, Faro, Coimbra e Aveiro. Uma parte significativa, quando chega ao país tem idades compreendidas entre os 20 e os 35 anos e as áreas profissionais enquadram-se sobretudo em quatro grupos: trabalhadores não qualificados, operários artífices e trabalhadores similares, pessoal de serviços e vendedores, e especialistas de profissões intelectuais e científicas. Portugal é assim um país onde a população estrangeira não é apenas diversificada pelas suas origens, como também pelas diferenças culturais e inserções profissionais.

Dada a relevância que o sexo feminino tem para o estudo desenvolvido nesta dissertação, elaborou-se um quadro com informação apenas para o sexo feminino, que é complementado pelo gráfico n.º 1.

Quadro 7 – Anos de chegada e número de indivíduos do género feminino por nacionalidades mais representativas na imigração para Portugal durante o período de 2000 a 2010.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Cabo Verde | Brasil | Angola | Guiné | Ucrânia |
| 2000 | 19793 | 10640 | 8623 | 4500 | 77 |
| 2001 | 21309 | 11388 | 9782 | 5244 | 96 |
| 2002 | 22677 | 12563 | 10935 | 6034 | 153 |
| 2003 | 23527 | 13491 | 11514 | 6627 | 46 |
| 2004 | 24494 | 15141 | 12105 | 7004 | 841 |
| 2005 | 24974 | 16884 | 12743 | 7261 | 1155 |
| 2006 | 25527 | 21122 | 13282 | 7477 | 17066 |
| 2007 | 27432 | 34520 | 15118 | 8178 | 15237 |
| 2008 | 26459 | 57494 | 13916 | 9462 | 22424 |
| 2009 | 25355 | 63966 | 13209 | 8741 | 22767 |
| 2010 | 23206 | 66885 | 11960 | 8181 | 22340 |

Fonte: Tabela elaborada com base na informação nas tabelas anteriores.

Gráfico nº. 1 – Representação gráfica dos indivíduos do género feminino no período em análise.

Fonte: Gráfico elaborado com base no Quadro 7 pela autora.

O gráfico n.º1 mostra que, apesar de a nacionalidade cabo verdeana ser até ao ano de 2006, mais representativa no que toca ao género feminino, o número de cidadãs brasileiras a entrar em Portugal a partir de 2007 é bastante superior a qualquer outra nacionalidade. O que importa referir é que apesar de Cabo Verde ter um número de indivíduos do género feminino elevado, estes valores não eram superiores aos do género masculino, o que não sucedia com o fenómeno migratório brasileiro, tal como se poderá constatar nos gráficos n.º 2 e n.º 3.

Gráfico n.º 2 – Indivíduos dos géneros feminino e masculino de cidadania cabo verdeana que entraram em Portugal na década de 2000.

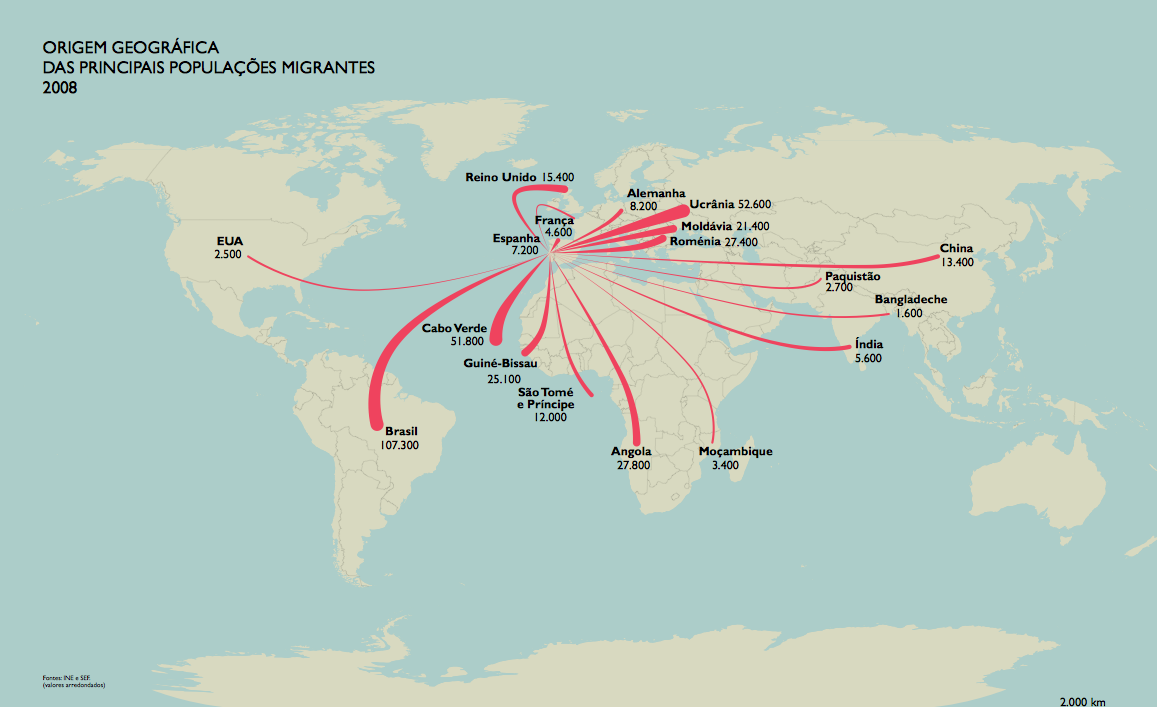
Fonte: Gráfico realizado pela autora com base no Quadro 2 - Ano de chegada e número de indivíduos por género de cidadania cabo verdeana, elaborados pela autora.

Gráfico n.º 3 – Comparação dos géneros de cidadania brasileira que entraram enquanto imigrantes.

Fonte: Gráfico elaborado a partir do Quadro 3 - Ano de chegada a Portugal e número de indivíduos de cidadania brasileira, elaborado por autora.

O gráfico n.º2 mostra que o número de indivíduos do sexo masculino até 2007 foi claramente superior ao feminino. Já no gráfico n.º3 é perceptível que o sexo feminino, a partir de 2002 foi sempre superior ao masculino.

Imagem 2 – Mapa Mundi e origem geográfica dos principais imigrantes em Portugal, ano de 2008.



Fonte: [http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30345078](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30345078/MIB__PG__JCLM.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1391030715&Signature=clAYOVgGUWq0bCWFDZOcs09FWO0%3D&response-content-disposition=inline)

A observação da Imagem 2 mostra os países com maior relevância para o fenómeno migratório e o respetivo número de indivíduos que corresponde a cada país emissor Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, Angola, Roménia e Moldávia são os mais representativos. Os que apresentam menor importância são o Bangladeche, Estados Unidos da América e Paquistão.

Tendo em conta o valor que o Brasil (enquanto emissor) apresenta no Mapa Mundi – imagem 2 – e nos gráficos anteriores, desenvolveu-se o sub capítulo seguinte a análise dos fluxos migratórios deste contingente para Portugal.

**III.III - A imigração massificada do Brasil para Portugal (2000-2010)**

A análise dos relatórios elaborados pelo SEF (2000 a 2010) mostra que o número de indivíduos de cidadania brasileira que entrou em território nacional na década de 2000 é superior ao que acontecia até então. A partir da década de 80, os brasileiros emigram em larga escala. Os estudos relativos à emigração brasileira contemporânea focam-se nos fluxos para os Estados Unidos da América e para o Japão. Estes dois países e alguns países europeus, incluindo Portugal foram os principais receptores de brasileiros.

Com a entrada de Portugal para a CEE em 1986, o perfil do país enquanto receptor de fluxos migratórios alterou-se e a população brasileira em situação legal aumentou também pelo retorno de portugueses e da respetiva família (ver Pinho, 2012:1)). Alguns autores ligam esta emigração à existência de redes sociais. Raposo e Togni (2010:57) referem que “vão da solidariedade familiar e de amizades às redes de tráficos de pessoas, bem como por uma solidificação dos vínculos legais e institucionais que ligam os emigrantes às comunidades de destino.”

Na década de 90 o fluxo foi ligeiramente inferior, mas desenvolveu-se um novo fluxo migratório onde se enquadram muitos dos residentes imigrantes brasileiros legais que ainda se encontram em Portugal.

Até ao 11 de setembro de 2001, os brasileiros apresentavam maior propensão para emigrar para o Norte da América. Contudo, devido às alterações burocráticas relativas ao pedido de autorização de residência – consequência do atentado terrorista – direcionaram-se para outros países, nomeadamente para Portugal. Aqui empregavam-se principalmente nos sectores da restauração, construção e comércio.

As primeiras migrações brasileiras foram fruto do agravamento da crise socioeconómica e política brasileira, e esta primeira onda está sub- dividida em duas vagas. A primeira vaga de imigrantes era composta por pessoas com qualificações superiores, como dentistas, informáticos e publicitários; a segunda apresentava indivíduos com qualificações inferiores.

Em paralelo com estas duas vagas, é possível distinguir 3 períodos na imigração brasileira para Portugal segundo Massey, Glodring e Durand (1994) (citados em Pinho, 2012):

* 1º período – década de 80 – carateriza-se sobretudo pela entrada de Portugal na CEE e também pelo retorno de portugueses que se encontravam imigrados no Brasil e a respetiva família. Para além do retorno de portugueses, há a entrada de brasileiros que tem relacionamentos sociais em Portugal, saindo do seu país de origem por causa das alterações políticas e sociais vividas no Brasil (Pinho, 2001; Pinho, 2003);
* 2º período – década de 90 – carateriza-se pelo aumento de indivíduos brasileiros que se dirigem para áreas geográficas diversas. É composta por indivíduos que encaram Portugal como destino atrativo, não só pela integração do país na CEE, mas também pela imagem transmitida pelos *media* brasileiros como um país modernizado (Pinho 2001; Pinho, 2003);
* 3º período – final dos anos 90 até à atualidade – há um controlo mais rígido nas fronteiras. Apesar de se verificar a continuidade do fluxo anterior, surgiram também ondas de imigração irregular que são compostas por indivíduos cujos vistos não são adequados aos motivos da entrada. Atualmente verifica-se a reunificação familiar, mas também a saída de imigrantes brasileiros, quer de volta ao país de origem, quer para outros países (reorientação de projetos migratórios) em resultado da crise económica que Portugal atravessa.

No inicio no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) começam os fluxos em massa dos cidadãos brasileiros e estes prolongaram –se ao longo do mandato de Lula da Silva (2003 – 2007). Em ambos os casos o desemprego aumentou progressivamente e, simultaneamente, em Portugal havia escassez de mão de obra em alguns sectores, designadamente: na construção civil, na hotelaria, nas telecomunicações e nos serviços pessoais e em empresas diversas.

Tanto pelo aumento do desemprego no Brasil, como pela necessidade que Portugal apresentava em alguns sectores laborais, os brasileiros passam a ser muito relevantes em termos de imigração portuguesa. Segundo Bógus (2007: 44), o perfil do imigrante brasileiro é variado, apresentando várias faixas etárias, indivíduos de ambos os sexos, com vários níveis escolares e inserção profissional. Uma parte dos imigrantes possui poucas qualificações e baixos níveis de escolaridade. No entanto há também, como referimos, imigrantes brasileiros com qualificações elevadas, formações profissionais específicas, cujas deslocações migratórias respondem a ofertas laborais no país de acolhimento.

Trata-se de:

a) População jovem (solteiros) com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos com qualificações académicas médias e superiores. A presença deste grupo em Portugal foi visível a partir da década de 80 e trabalhavam sobretudo nas áreas da Odontologia e Marketing;

b) Jovens e adultos com idades entre os 25 e os 44 anos, com grau de escolaridade médio, por norma pouco qualificados. Neste caso, a migração de retorno é frequente, assim como, o envio de remessas económicas para o Brasil;

c) Jovens com baixos níveis de escolaridade, sem qualquer formação profissional específica e oriundos de pequenas e médias regiões, onde as oportunidades de emprego, e os salários praticados são baixos, o que incentiva a procura de novas oportunidades fora do seu local de residência habitual. Este grupo desempenha, por norma, trabalhos domésticos, serviço de limpezas e cuidados a idosos.

Há inúmeras razões pelos quais os brasileiros escolheram Portugal. Encaram - no como irmão, como a “velha pátria mãe”, e também têm presentes laços históricos – culturais, o idioma comum como fatores favoráveis. A estes fatores acrescenta-se o fato de não ser necessário visto de entrada, a existência de redes que dão apoio ao imigrante, a diferença de salários entre os dois países e também outras oportunidades de emprego e económicas.

Além dos fatores referidos, outros determinantes dos fluxos migratórios, são:

* altas taxas de desemprego nos países emissores;
* existência de contatos nos países de destino, o que facilita o acesso a empregos e a habitações (casa e trabalho);
* disposição para aceitarem trabalhos que os habitantes locais não estão dispostos a aceitar (contribui para a diminuição da taxa de desemprego);
* o papel do Estado na regulação da mão de obra e na elaboração de políticas migratórias.

Os fatores mencionados podem atuar conjunta ou isoladamente de acordo com a situação do migrante ou do quadro conjuntural,

No caso das imigrantes femininas, as condicionantes são mais complexas. Foi em meados da década de 90 que se observou a mudança no perfil dos imigrantes brasileiros (2ª vaga) com a presença do género feminino a ganhar relevo. A feminização, que se prolongou até à década em estudo, e o desenvolvimento tardio de determinados serviços (só após a entrada de Portugal na CEE), bem como a escassez de mão de obra para cuidar de crianças, idosos e deficientes foram fatores importantes para que as mulheres imigrantes se inserissem no mercado de trabalho português com alguma facilidade. Para além destes serviços, as imigrantes brasileiras também se enquadram em sectores como limpeza e restauração, onde são mal remuneradas e pouco valorizadas, apesar de apresentarem um grau de qualificação superior aos dos homens.

O facto de as mulheres migrarem sozinhas demonstra que estão orientadas por um projeto próprio e individual segundo Gomes (2013: 868). Para investigar esta questão será feita uma análise e tratamento de dados às entrevistas presenciais realizadas a cidadãs brasileiras que imigraram para Portugal no período em estudo. Utiliza-se uma amostra de conveniência, que permite responder às questões da pesquisa, mas que não representa o universo feminino brasileiro. A feminização da imigração brasileira apresenta forte presença na indústria do lazer e do sexo, e muitas vezes, estão envolvidas em redes imigratórias que estão centradas na prostituição e que não operam apenas em Portugal, mas também noutros países europeus. Apesar de existir um número significativo de mulheres brasileiras envolvidas em atividades ilegais, há um número bastante considerável que trabalham noutros sectores laborais e legais. Este contingente nem sempre é motivado pela melhoria a nível económico, algumas optam por emigrar porque passaram por maus momentos a nível pessoal, como divórcios ou separações, e decidem começar uma vida nova num outro local.

Uma mulher enquanto migrante encara diversas complexidades sociais, nomeadamente o racismo, o sexismo e também desigualdades de classe. Por vezes são menosprezadas pelo país de acolhimento, os estudos relativos ao género nas migrações têm auxiliado a compreender as diferenças entre géneros neste contexto. Os imigrantes têm género, etnia, classe social e inserem-se numa sociedade (no país de destino) onde o mercado de trabalho está muitas vezes estratificado, quer a nível étnico, quer a nível de género. Esta estratificação pode condicionar a inserção laboral dos migrantes.

Segundo Padilla (2007), o género é uma categoria essencial para se analisar as experiências migratórias, pois quer nos homens, quer nas mulheres, a inserção na sociedade para onde migram é diferente. No contexto da nacionalidade brasileira, o género feminino é inconfundível. A sua identidade carateriza-se pela alegria, simpatia, sensualidade e erotismo. Pela imagem transmitida, segundo Padilla (2007:115), as brasileiras estão associadas ao mercado sexual. Contudo, este fato remonta a reconstrução moral cristã ocidental que encara as mulheres como “evas” e “marias”. As mulheres brancas e europeias são as “marias”, ou seja, são vistas como mães, esposas; por sua vez, as mulheres negras ou mestiças das ex-colónias são as “evas” encaradas como prostitutas, pecadoras. Estes estereótipos continuam, de alguma forma, presentes.

A colonização não foi o único fator responsável pelo estereótipo existente em torno da mulher brasileira. O marketing turístico brasileiro no século XXI (ver Aoun, 2001, citado em Padilla, Selister e Fernandes, 2010) para motivar viagens turísticas e de lazer, até à década de 80 construiu a imagem de que o Brasil era o “paraíso das mulatas”. Segundo Padilla, Selister e Fernandes (2010:117) a imagem que está associada à mulher brasileira, descrita anteriormente, tem impacto direto nos campos laborais, pessoais e afetivos.

Apesar dos estereótipos existentes em torno do género feminino, a imigrante brasileira também apresenta vários perfis. De forma geral são jovens com escolaridade média, trabalham no atendimento ao público, no setor da limpeza e nos cuidados a crianças e idosos. Algumas são estudantes, investigadoras, dentistas, advogadas, empresárias e empreendedoras na área da beleza (maioritariamente). Por vezes têm licenciaturas incompletas ou cursos de formação técnica. Pertencem a uma faixa etária entre os 25 e os 34 anos e são na sua maioria solteiras ou divorciadas. Segundo Raposo e Togni (2009), “a situação muda quando a mulher é divorciada, separada ou solteira, já que nesses casos elas emigram sozinhas, (mesmo quando apoiadas em redes construídas em Portugal) com o objetivo de tentar a sorte e enviar dinheiro para o Brasil. Nessas situações, o projeto é familiar, porque embora as mulheres emigrem sozinhas mantém laços com o país de origem em diversos sentidos: fornecendo apoio financeiro à família. Quando há filhos que precisam de atenção e cuidado, a família fica tomando conta dos mesmos.”

No capítulo seguinte será realizada uma análise às políticas e legislação (mais relevante), onde se tentará compreender se há seleção, permissão, discriminação ou proibição perante a feminização nas migrações, tendo em conta o papel determinante que a legislação revela nas migrações.

**IV – O papel da legislação como condicionante dos fluxos internacionais**

# ****IV.I – Breve caraterização a nível internacional****

Sendo a legislação um influenciador de fluxos migratórios e elemento relevante na decisão quanto à migração, e que também influencia os géneros, é pertinente uma breve análise quanto à relevância que apresenta na migração internacional.

Sob a perspetiva internacional, há para além do direito mais dois aspetos que influenciam a migração; a economia e as redes sociais. As redes sociais apresentam um papel relevante na existência de fluxos, assim como os direitos civis, políticos e sociais. Estes direitos resultam não só diretamente da legislação, mas também do papel desenvolvido por várias instituições como as Nações Unidas e a União Europeia.

A legislação influencia a emigração através da definição de direitos relativamente à participação política, laboral e religiosa, tal como, a segurança e a identidade cultural. Contudo, quando se fala em legislação e direito à livre participação não se pode apenas encarar o país receptor. O país de origem também pode apresentar oportunidades legislativas que influenciam o desejo de emigrar.

Em alguns países receptores há o receio em expandir demasiado os direitos dos imigrantes porque o resultado pode ser excesso de fluxos que podem por em causa a segurança e as políticas de controlo de fronteiras. Nos países emissores há a possibilidade de restringir o direito de partir e, curiosamente, são os Estados que tem as fronteiras abertas que revelam uma legislação mais restrita e rígida.

Os teóricos internacionais aceitam não apenas as alterações que se verificam, como também têm cooperado e colaborado na resolução de problemas com várias instituições. As instituições olham para o aumento migratório como consequência dos direitos humanos internacionais e compreendem a necessidade que existe de cooperação entre os Estados liberais. Este aumento de direitos representa maior dificuldade no controlo de fluxos até por razões militares, geopolíticas e económicas.

No entanto, a mobilidade inter fronteiras nacionais levou à necessidade do combate a redes ilegais de imigração, a patronos e à economia informal. A migração é legislada, até por proteção jurídica e social no setor laboral e também para existir igualdade de oportunidades, de educação e de formação, sem esquecer o combate à discriminação.

Gonçalves (2009) indica que segundo estimativas da Organização Internacional da Migração e no final do século XX apenas 125 milhões de pessoas viviam fora do seu país natural, o que significa que a maior parte da população nasce e permanece no país de origem.

Devido à globalização económica os Estados membros pertencentes à OCDE[[13]](#footnote-13) têm sido forçados a liberalizar os mercados de trabalho e de capital e as economias menos desenvolvidas encaram o aumento progressivo de saídas da população para países desenvolvidos pelas oportunidades laborais existentes.

Independentemente dos Estados poderem agir, alterar ou atrasar o desenvolvimento dos mercados internacionais de bens, serviços, capital e trabalho é impossível travar este desenvolvimento. Para regulamentar as ondas migratórias, os esforços tem sido pouco notáveis, mas a Europa Ocidental desenvolveu um regime regional para a migração conhecido como Espaço Schengen. Este espaço representa um território onde a livre circulação de pessoas está garantida para os Estados Membros.

Para que o Espaço Schengen tenha um funcionamento pleno foram adotados e postos em prática procedimentos e regras comuns no que diz respeito a vistos para estadas de curta duração, pedidos de asilo e controlo de fronteiras externas. Com o objetivo de garantir a segurança no Espaço existe cooperação e coordenação entre os serviços de autoridade judicial e também de segurança pública. Não obstante estar integrado no direito de circulação da União Europeia, nem todos os países são signatários, pois ou não concordam com a supressão de fronteiras ou não preenchem os requisitos necessários para que o Acordo seja posto em prática.

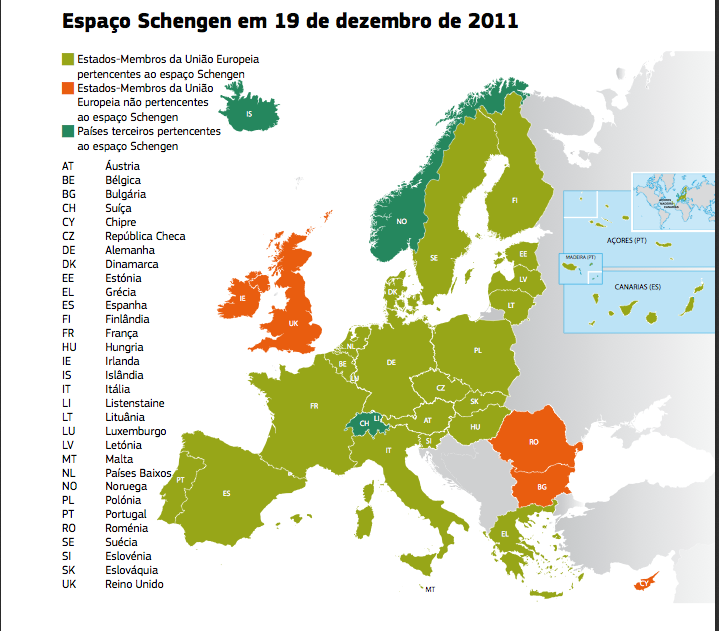
Portugal, tal como a Espanha, assinaram o Acordo e o Espaço foi gradualmente aumentado para outros Estados Membros da União Europeia. Além da livre circulação de pessoas, existem medidas que devem ser postas em prática, designadamente:

* Supressão dos controlos das pessoas nas fronteiras internas;
* Conjunto de regras comuns que são aplicáveis às pessoas que atravessam as fronteiras externas dos Estados Membros da União Europeia;
* Harmonização das condições de entrada e das regras no que toca a vistos para estadas de curta duração;
* Reforço da cooperação entre os agentes de polícia (direito de observação e de perseguição transfronteiriça);
* Reforço da cooperação judicial através de um sistema de extradição mais rápido e com melhor transmissão de sentenças penais;
* Criação e desenvolvimento do SIS (Sistema de Informação Schengen)[[14]](#footnote-14).

O alargamento do Espaço Schengen acabou por permitir que países não comunitários, mas com relações especiais com Membros da União Europeia conseguissem um acordo para a livre circulação de pessoas. Para que estes países pudessem participar devem aplicar as disposições existentes no Acordo, ficando associados às tomadas de decisão de medidas importantes para este Espaço, apesar de não lhes ser permitida a votação.

No mapa 1 representa a verde claro os países que são membros da União Europeia e do Espaço Schengen, a cor-de-laranja os Estados que apesar de serem Membros da União Europeia não são do Acordo em questão, e a verde escuro os países que pertencem apenas ao Espaço Schengen.

Mapa 1 - Estados que pertencem ao Espaço Schengen.



Fonte:

[http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e library/docs/schengen\_brochure/schengen\_brochure\_dr3111126\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e%20library/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf)

# ****IV.II – A Organização Internacional do Trabalho, o Tratado de Roma, de Amesterdão e de Lisboa, o Observatório da Imigração, o ACIDI e os seus papéis nas migrações internacionais****

A Organização Internacional do Trabalho[[15]](#footnote-15) (OIT) é o organismo que tem a capacidade de estabelecer normas internacionais de trabalho, assegurando os direitos fundamentais neste setor. Este organismo atribui especial atenção aos problemas de pessoas com necessidades sociais especiais, designadamente desempregados e trabalhadores migrantes. Esta entidade pertence às Nações Unidas e tem como principal competência o estabelecimento de normas de trabalho e a promoção de direitos laborais. Não obstante esta competência , a sua missão e os objetivos da OIT são: promover a justiça social e os direitos humanos e laborais a nível internacional; promover a paz essencial para a prosperidade internacional. Importa acrescentar que as missões estão agrupadas em três grandes objetivos: promover, e fazer cumprir as normas, os princípios e os direitos fundamentais no trabalho. Para que estes sejam cumpridos, são formuladas políticas e programas internacionais para promover os direitos humanos fundamentais, melhorar as condições de trabalho, formular e implementar programas de aplicação técnica internacional para auxiliar países a pôr em prática medidas que se pretendem alcançar, e assegurar formações, educação e investigação que contribuam para o resultado destes esforços.

Apesar de só em 1998 a Declaração ter sido adoptada, a sua existência data de 1919, estando ainda vigentes os seguintes:

* Regulamentar as horas de trabalho, incluindo a duração máxima diária e semanal;
* Determinar a contratação da mão de obra, prevenir o desemprego e definir do salário mínimo digno e obrigatório;
* Proteger o trabalhador contra doenças ou acidentes em consequência do trabalho desenvolvido;
* Defender as crianças, os jovens e as mulheres;
* Determinar a pensão de invalidez e proteger os interesses dos trabalhadores emigrantes;
* Reconhecer o principio da igualdade de retribuições relativamente às condições praticadas;
* Legitimar a liberdade sindical;
* Organizar e permitir o acesso ao ensino profissional e de técnicas ou medidas similares.

Em 1939 foi editado a Convenção n.º97[[16]](#footnote-16) – Convenção sobre os trabalhadores migrantes que acabou por ser revista em 1949 e ratificada em Portugal a 12 de dezembro de 1978. Nesta Convenção ficou decidido a obrigatoriedade de existência de informações sobre as políticas e legislação nacionais relativas à emigração e à imigração, assim como o movimento dos trabalhadores migrantes e as respetivas condições de vida. É importante o Artigo 6º que refere que “Os Membros para os quais a presente Convenção esteja em vigor obrigam-se a aplicar, sem discriminação de nacionalidade, de raça, de religião ou de sexo, aos imigrantes que se encontrem legalmente nos limites do seu território um tratamento que não seja menos favorável que aquele que é aplicado aos seus próprios nacionais…”.

Em Portugal há várias medidas legislativas para regulamentar os fluxos migratórios internacionais e que são obviamente relevantes para os migrantes que optam por este país. De acordo com o Tratado de Amesterdão, há diversas vantagens para a circulação de pessoas que têm nacionalidades que se enquadram nos vários Estados Membros signatários do mesmo, como é o caso de Portugal.

Deverá ter-se em conta as transformações que Portugal passou com a entrada para a União Europeia, em 1986. Ser Estado Membro da CEE – Comunidade Económica Europeia – trouxe diversas vantagens no que toca à circulação de pessoas para os Membros desta Comunidade, tal como é constatado nos Tratados de Roma e de Amesterdão.

O Tratado de Roma foi assinado em 1957 e entrou em vigor a 1 de janeiro de 1958, consagrando a França, a Alemanha, a Itália e os países de Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), ou seja, os Estados – Membros da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), como fundadores deste Tratado.[[17]](#footnote-17)

Este Tratado é constituído pelos Tratados que instituíram posteriormente a CEE – Comunidade Económica Europeia e a EURATOM - Comunidade Europeia da Energia Atómica.

Os objetivos do Tratado em causa e consequentemente da CEE (atual União Europeia) eram sobretudo dois: a transformação das condições económicas das trocas comerciais e da produção no território da Comunidade, o segundo objetivo da unificação mais alargada da Europa.

De acordo com o Tratado, os principais objetivos dos Estados signatários são:

* Estabelecer os fundamentos de uma união próxima entre os povos europeus;
* Assegurar o progresso económico e social ao eliminar as barreiras existentes entre os países;
* Garantir a melhoria de condições de vida e de trabalho dos povos;
* Eliminar obstáculos com a missão de garantir a estabilidade a nível económico, comercial e também lealdade na concorrência;
* Reforçar as economias e assegurar o desenvolvimento harmonioso para reduzir as desigualdades entre as regiões menos favorecidas;
* Contribuir para uma política comercial comum para suprimir as restrições existentes perante o comércio internacional;
* Defender a paz e a liberdade.

O Tratado de Roma consiste em 240 artigos, divididos em quatro partes principais: 1) os princípios subjacentes à criação da CEE com o mercado comum, união aduaneira e políticas comuns, 2)fundamentos da Comunidade, ou seja, livre circulação de mercadorias, agricultura, livre circulação de pessoas, de serviços e de capitais, 3) políticas da comunidade (a política económica, e social) e o Banco Europeu de Investimento, 4) associação dos países e territórios ultramarinos.

Este Tratado sofreu diversas alterações ao longo dos anos, sendo as mais significativas e importantes o Tratado Amesterdão e o Tratado de Lisboa. Merece também destaque o Ato Único Europeu (1986) que foi considerado a primeira grande reforma, pois permitiu o alargamento de votação por maioria e reforçou o papel do Parlamento Europeu e das competência comunitárias. Contudo foi o Tratado de Maastrich (1992) que consagrou a União Europeia com a junção da EURATOM, CECA e CEE e definiu a cooperação das políticas externas, de defesa, de política e também de justiça.

Posteriormente, o Tratado de Amesterdão foi aprovado pelo Conselho Europeu de Amesterdão (16 e 17 de junho de 1997) e foi assinado em 2 de outubro do mesmo ano pelos ministros dos Negócios Estrangeiros[[18]](#footnote-18) dos 15 Estados Membros. Entrou em vigor a 1 de maio de 1999. Neste Tratado afirma-se que a União Europeia baseia-se na liberdade, na democracia, no respeito pelos direitos humanos, nas liberdades fundamentais, e no Estado de Direito. São também estabelecidos os princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidades. O Conselho comprometeu-se a adotar medidas diversas para combater a discriminação de género, raça ou etnia, religião, incapacidade, idade ou a orientação sexual e também fomentar e manter a igualdade entre homens e mulheres.

Visto que a livre circulação de pessoas, o controlo de fronteiras externas, o asilo, a emigração e a cooperação judicial passaram a ser comuns a todos os Estados signatários, o Acordo de Schengen (analisado anteriormente) ficou também incluído neste Tratado.

Apesar dos esforços existentes para que a livre circulação seja possível, apenas a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia valoriza a dignidade do Ser Humano, a liberdade, a igualdade e também a solidariedade. Esta Carta constitui a cidadania e o espaço de liberdade, segurança e até de justiça para todos os cidadãos que se encontrem na União Europeia. Prevê a igualdade perante a justiça, proíbe a discriminação e assegura condições de trabalho seguras e dignas, e acesso à proteção social.

O Tratado de Lisboa, assinado a 13 de dezembro de 2007 por 28 Estados Membros alterou os Tratados da União Europeia e o Tratado que constituiu a Comunidade Europeia. O documento encontra-se dividido em três partes. Na primeira parte, relativa às Instituições e órgãos que compõem a União, são apresentadas as missões, a composição e o funcionamento; reconhecem-se como órgão da União Europeia o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e o Tribunal de Justiça da União Europeia; o Tratado criou o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e também para a Polícia de Segurança. Ainda nesta primeira parte destaca-se a reforma institucional referente ao Conselho Europeu, à Comissão, ao Conselho, ao Parlamento, ao Tribunal de Justiça e por fim ao Banco Central Europeu.

A segunda parte diz respeito ao processo de decisão e explicita o funcionamento da União, reforçando a representatividade e a partição dos cidadãos em todo o processo europeu. Quanto à capacidade de decidir e de agir, o processo legislativo garante a legitimidade das decisões tomadas. Nesta segunda parte aborda-se o espaço de liberdade, de segurança, de justiça, a política externa e de segurança comum e também outros assuntos como os transportes, a política monetária, a educação, a formação profissional, o desporto, a cultura, o turismo, a política comercial comum. A repartição das competências da organização, a revisão dos tratados, os atos jurídicos da União Europeia, as cooperações reforçadas e os parlamentos nacionais.

A terceira parte do Tratado de Lisboa tem alguma proximidade com o tema em estudo nesta dissertação, nomeadamente o espaço europeu de liberdade, segurança e justiça. Foram feitos esforços para que o Espaço Europeu Comum proporcione a livre circulação, e a proteção jurídica. Este Espaço incide em domínios como a imigração, a luta contra a criminalidade organizada ou o terrorismo. Focando aqui a imigração, o Tratado de Lisboa atribui competências às instituições europeias para que estas adoptem medidas relativamente a uma gestão comum das fronteiras externas da União (com o reforço da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas). A criação do Sistema Europeu Comum de Asilo tem por base um estatuto europeu uniforme e processos comuns de atribuição ou recusa de asilo e também estabelece regras, condições e direitos de asilo no que toca a questões de imigração ilegal.

Esta última parte foca também temas como a cooperação jurídica, a cooperação policial e, por fim, isenções que o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca podem optar por não pôr em prática.

A nível nacional, o Observatório da Imigração tem um papel muito relevante no contexto das migrações. Este observatório é uma unidade que foi concebida no âmbito do ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural) e pretende aprofundar o conhecimento relativo à imigração em Portugal para conseguir definir, executar e avaliar políticas que possam dar resposta à integração dos cidadãos imigrantes. Os seus objetivos são vários:

1. Reunir, tratar e disponibilizar informação relativa à imigração em Portugal e às vertentes globais, à qual a atividade está relacionada;
2. Recolher dados ou informações que não são acessíveis em fontes primárias;
3. Desenvolver dossiês, estudos e investigações com a colaboração de instituições científicas e académicas que sejam relevantes para orientar, fundamentar e também melhorar políticas relativas à imigração;
4. Editar e difundir publicações que apresentem interesse para a temática;
5. Promover eventos diversos como debates, colóquios, ou outros similares, para o aprofundamento de conhecimentos relativos a movimentos de população que escolhem Portugal como destino de imigração;
6. Assegurar a ligação com várias instituições nacionais e internacionais, principalmente o ACIDI na observação, recolha de dados, investigação e análise de movimentos de pessoas em Portugal, na Europa e restantes continentes (se necessário).

Juntamente com o Observatório da Imigração, a ACIDI disponibiliza à população imigrante informações diversas relativamente a associações de vários países, designadamente Cabo Verde, Brasil, Angola, Ucrânia, Guiné e China. Estas associações também oferecem aulas de língua e cultura portuguesa, apoio jurídico, atividades e apoio escolar para crianças e jovens, ações de sensibilização contra a discriminação, eventos culturais e recreativos, entre outras ações.

As associações de imigrantes desempenham papéis relevantes na imigração, pelo fato de participarem em vários órgãos consultivos que são ouvidos na definição de políticas de imigração e nos processos legislativos. Trabalham para pôr em prática legislação para coletivos, solicitam informações e documentação que permitem executar políticas de imigração, e intervir com as autoridades competentes na defesa dos direitos dos imigrantes (decreto-lei nº 115/99 de 4 de agosto, artigo 4º). Estas associações desenvolvem diversos projetos e programas que tem como objetivo a integração dos imigrantes, e pretendem contribuir para a inclusão dos imigrantes através da divulgação da dignidade e da igualdade de oportunidades, mudança de atitudes e de mentalidades a nível educacional, cultural e dos meios de comunicação social, para que todos os cidadãos imigrantes legais possam desfrutar da igualdade, formação profissional e até de apoio para iniciativas empresariais. Procuram eliminar formas de discriminação relacionadas com a raça, etnia e nacionalidade e também desenvolvem estudos de integração social.

**IV.III – Evolução da legislação sobre a migração em Portugal e a legalização dos imigrantes**

No contexto da legislação portuguesa são consagrados direitos e deveres aos imigrantes no âmbito do Estatuto legal e do Estatuto Constitucional dos estrangeiros. Estes têm sido objeto de várias alterações ao longo do tempo. Em Portugal, o estatuto legal dos imigrantes surge na sequência da adesão à União Europeia, e também pela assinatura do Acordo Schengen. De uma forma breve, foi na década de 90 que se verificaram esforços para regular a entrada, a permanência, a saída e a expulsão de imigrantes. Até ao fim da década de 2000 foram feitas alterações legislativas significativas relativamente à imigração.

Ao longo da década de 90 e com relevo para esta dissertação, as seguintes regulamentações:

1. Em 1992, o Decreto – Lei n.º 212/92 de 12 de outubro permitiu a concessão de um título de residência provisório durante um ano, o que causou nos anos seguintes - 1993 e 1994 - um aumento de população estrangeira legal. Em 1992, a população estrangeira legal era de aproximadamente 5%, enquanto que em 1993 o valor era de 8% e em 1994 o valor centrava-se nos 10%;
2. Em 1993, o Decreto- Lei n.º 59/93 regulou o processo de entrada, permanência e expulsão de estrangeiros;
3. Em 1996, a Regularização Extraordinária teve efeitos sobretudo em 1999 e em 2000 onde foi visível um aumento de população estrangeira com títulos de residência. O aumento foi de cerca de 8%;
4. No ano de 1998, passou a ser necessário para a entrada de imigrantes a posse de um documento de, que comprovasse a existência de meios de subsistência suficientes, assim como, um visto válido e adequado;
5. O imigrante só era (e é) admitido em Portugal se não tiver estatuto de não admissível no SIS, ou nas listas nacionais. O objetivo que o faz permanecer em Portugal também é uma questão a considerar.

Na década de 2000, as alterações legislativas relevantes são:

1. A alteração da lei de estrangeiros, em 2001, que permitiu a regularização de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem através da autorização de permanência. Esta autorização permitiu que ao fim de cinco anos houvesse acesso à autorização de residência. Durante este processo, e pela primeira vez, evidenciaram-se os imigrantes da Europa de Leste e do Médio Oriente, com destaque para os cidadãos ucranianos que obtiveram cerca de 65 000 concessões;
2. A lei n.º4/2001, de janeiro de 2001, determinou que as entradas passavam a ser subordinadas às necessidades reais do mercado de trabalho;

O decreto- lei n.º 23/2007[[19]](#footnote-19) de 4 de julho, o que apresenta maior relevância para o objeto de estudo da dissertação, pois aprova o novo regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Neste decreto-lei, no capítulo I – Disposições gerais – Artigo 1º são definidas as condições e os procedimentos que estritamente necessários para regular cidadãos estrangeiros no território português, bem como, o respetivo estatuto de residente. No artigo 5º - Regimes especiais – no ponto 1 está descrito que este regime não interfere com outros acordos que foram celebrados entre a Comunidade Europeia e respetivos Estados Membros e Estados Terceiros, tal como, as convenções internacionais entre Portugal e os países de língua oficial portuguesa. Na seção II – Condições gerais de entrada – no artigo 10º (Visto de entrada) – esclarece-se que os cidadãos estrangeiros devem ser titulares de um visto válido de acordo com a finalidade da deslocação. Contudo, também é possível entrar no território português sem visto, tal como, descrito no ponto 3 nas alíneas a) e b) respetivamente. No artigo 52º definem-se as condições necessárias para obter vistos de residência, de estada temporária e também de curta duração. Existem algumas normas que os cidadãos estrangeiros devem cumprir, como: não terem sido sujeitos a medidas de afastamento do território, dispor de um documento de viagem válido e também de seguro de viagem. Este decreto-lei não alterou procedimentos para a regularização de imigrantes. Ou seja, continua a ser exigido ao cidadão estrangeiro a posse de um contrato de trabalho assinado previamente com uma entidade portuguesa para que o visto seja concedido. Para que assim seja há uma intervenção de várias entidades como o Consulado, o SEF, a Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), mas, para que o contrato de trabalho seja assinado previamente, a entidade deve provar que não há cidadãos nacionais e comunitários que preencham as vagas de trabalho de acordo com os requisitos solicitados. Para além deste decreto-lei de extrema relevância, Portugal também celebrou acordos com a Roménia, a Federação Russa, a Eslovénia, a Bulgária, a Moldávia e a Ucrânia. Estes têm como fim a contribuição para o combate à atividade das redes de imigração clandestina e o assegurar de melhores condições de integração dos cidadãos estrangeiros na sociedade portuguesa.

Após uma breve abordagem à legislação referente à entrada e à permanência de cidadãos no território nacional, no sub–capítulo seguinte analisa-se a necessidade de visto para permanência no território nacional.

**IV. IV – A necessidade de visto para entrar e permanecer em Portugal**

Sempre que um cidadão estrangeiro pretende imigrar para Portugal deve cumprir algumas medidas burocráticas, tais como:

1. ser portador de documento de identificação com validade superior em três meses ao período total que pretende permanecer no país;
2. possuir um visto válido e adequado ao verdadeiro motivo da viagem;
3. não constar das listas do Sistema Integrado de Informação do SEF, nem do Sistema de Informação Schengen.

Contudo, nem todas as entradas estão sujeitas a controlo. Por isso, os estrangeiros que entram em Portugal por uma dessas fronteiras têm a obrigatoriedade de declarar a sua presença (num prazo máximo de 3 dias úteis a contar do dia de entrada) junto das autoridades competentes (SEF). Esta medida não se aplica a residentes ou a cidadãos que estão autorizados a permanecer no país por um período superior a 6 meses, a indivíduos que beneficiem de regime comunitário ou similar e também aos turistas alojados em estabelecimentos hoteleiros ou similares.

Os vistos de curta duração destinam-se a permitir a entrada em território português, mas não pode ser prolongado por outro visto como por exemplo visto de trânsito, de turista, visita ou acompanhamento de familiares que possuem de vistos de estada temporária[[20]](#footnote-20).

Para que o visto[[21]](#footnote-21) seja concebido, são necessários os seguintes documentos: documento de pedido de visto, duas fotografias atualizadas, passaporte (ou outro documento de viagem ou de residência e a validade do mesmo deve ser superior a 1 ano), requerimento para consulta do registo criminal português, comprovativos de meios de subsistência, seguro de viagem válido (permitir que sejam abrangidas despesas necessárias por razões médicas); e documentos específicos, nomeadamente o documento comprovativo da prestação de serviços ou da bolsa de investigação científica (exigidos a indivíduos que colaborem em projetos de investigação).

Para a autorização de residência é facultado um visto que tem como objetivo permitir ao titular solicitar a autorização em questão. Este tipo de visto é apenas utilizado para fins laborais e está dependente da oportunidade de emprego. Destina-se a nacionais de Estados membros da União Europeia, do Espaço Económico Europeu e a nacionais de Estados Terceiros com os quais a União Europeia celebrou um acordo de livre circulação de pessoas.

Para que os vistos de residência sejam obtidos por nacionais de Estados Terceiros, os mesmos devem preencher as seguintes condições:

1. haver contrato de trabalho ou promessa do mesmo;
2. possuir habilitações académicas ou qualificações reconhecidas, ou adequadas, para o desempenho de uma profissão.

Apesar de todos os passos burocráticos e procedimentos legais que qualquer cidadão imigrante deve cumprir, os cidadãos de nacionalidade brasileira estão excluídos. Não é obrigatório um visto de entrada em Portugal, mas têm que cumprir algumas formalidades burocráticas que estão previstas em legislação (Decreto- Lei n.º34/2003, de 25 de fevereiro) e no documento do Conselho da União Europeia n.º 10479/02, de 17 de julho, que aprova a Instrução Consular Comum no âmbito do Acordo Schengen. Estes cidadãos têm que apresentar às autoridades transfronteiriças:

- passaporte com validade superior a pelo menos três meses de duração da estada;

- bilhete de viagem aérea (ida e volta);

- comprovativo de alojamento;

- documento comprovativo de atividade profissional no Brasil ou de vínculo laboral;

- comprovativos de meios financeiros para suportar a estada.

Considerando que as relações existentes entre Portugal e o Brasil não são apenas históricas, mas também sociais, económicas e políticas (os investimentos diretos apresentam relevância, assim como de fluxos migratórios), a 22 de abril de 2000 foi assinado entre Portugal e Brasil o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta. Este Tratado foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República nº 82/2000, pelo Decreto do Presidente da República Portuguesa nº 79/2000, com o objetivo de intensificar e estimular laços para facilitar a circulação dos nacionais para fins laborais. Ambos os países assinaram o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta no dia 11 de julho de 2003, tendo este uma validade de cinco anos, automaticamente prorrogáveis.

Este Tratado prevê no artigo 1º que os nacionais de ambos os Estados possam ser contratados para todas as profissões cuja prática não esteja condicionada a estrangeiros, mas por um período de tempo indeterminado e por conta de outrem. Não está prevista a livre circulação de trabalhadores entre os dois países, não apenas pela limitação de tempo, mas também pela necessidade de existência de contratos de trabalho validados pelas autoridades competentes.

Aos imigrantes que preenchem todos os requisitos necessários são asseguradas as mesmas condições laborais previstas no país receptor. Em Portugal, os imigrantes brasileiros têm acesso ao regime da segurança social e ao Sistema Nacional de Saúde para questões de doença, maternidade, velhice, invalidez, óbito, acidentes de trabalho ou doenças profissionais, assistência familiar.

A análise das peças regulamentadas relevantes encerra a nossa análise teórica. No próximo capítulo desenvolveu-se o estudo empírico.

**V – Estudo de caso da imigração feminina brasileira em Portugal**

# ****V.I – Metodologia****

Para compreendermos melhor a questão da feminização nas imigrações internacionais tal como os elevados números de imigrantes brasileiras verificados nos relatórios do SEF, relativos à década em estudo, é pertinente a aplicação de um estudo de caso.

Para que este fosse possível de realizar, optou-se por uma amostra de conveniência com recurso a entrevistas presenciais a 20 mulheres imigrantes brasileiras. A questão de investigação “Como encaram as mulheres brasileiras a imigração e porque se destacam nos fluxos internacionais?” foi a base para este estudo e para elaborar as perguntas da entrevista. A entrevista é um “método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisada na perspetiva dos objetivos da recolha de informações (...)” (Ketele,1999, citado em Sousa e Batista, 2011: 80).

As perguntas para este estudo estavam previamente estruturadas e ordenadas, e apesar, de ser um método rápido e intensivo, os respondentes têm liberdade de resposta para exporem os seus pontos de vista sobre o assunto abordado (Sousa e Batista, 2011:80).

A amostra de conveniência, é a que mais se adequa a este estudo de caso, uma vez que o tempo de aplicação é limitado e apresenta baixos custos. Este tipo de amostra resulta de uma participação voluntária, ou de uma participação que ocorre quando os elementos são escolhidos por uma questão de conveniência. Contudo, não garante a representatividade, como tal, os resultados obtidos aplicam-se apenas ao estudo de caso. A amostra de conveniência (tipo não probabilístico) é baseada na conveniência do investigador; é este quem seleciona os entrevistados por proximidade, ou de forma casual (Malhotra, 2011). Por exemplo, as pessoas são abordadas no supermercado, na escola, na igreja, entre outros. As vantagens desta amostra são o seu baixo custo de aplicação e a rapidez, a acessibilidade aos entrevistados, a facilidade de tratamento e análise de dados bem como a cooperação voluntária. As desvantagens são a não representatividade do universo e as caraterísticas muito diferentes entre os entrevistados. Este tipo de amostra não é apropriado para investigações descritivas onde o objetivo é chegar a conclusões sobre o que se está a estudar. No entanto, para estudos exploratórios – como o caso do que estamos a desenvolver - onde se pretende gerar ideias, compreender um fenómeno e desenvolver hipóteses é um método eficaz.

As 20 entrevistadas residem no Alentejo (Elvas e Évora), e entraram em Portugal entre os anos 2000 e 2010. As informações recolhidas foram de caráter pessoal e relacionadas com o tema de estudo neste trabalho. As de caráter pessoal são relativas à idade, ano de chegada a Portugal, estado civil, filhos e profissão. Já nas perguntas relacionadas com o tema em estudo, as entrevistadas podiam pronunciar-se sobre as seguintes questões; perceber se Portugal foi a primeira opção para imigrar, os motivos que justificaram a escolha deste país e se houve concordância ou não dos familiares e amigos quanto à escolha, se tinham também conhecimento de outras cidadãs brasileiras que tinham imigrado para Portugal sozinhas, e sobre as respectivas experiências.

Também foram aplicadas questões relativas às expectativas existentes sobre o país quanto a condições económicas, sociais, políticas, assim como a opinião sobre a imigração feminina. e se existiu algum tipo de entrave burocrático ao processo migratório por serem do sexo feminino.

Com as perguntas aplicadas iremos compreender se estas vão ao encontro dos perfis de imigrantes brasileiras e se as experiências e motivos relativamente à imigração destas mulheres vão ao encontro das teorias migratórias femininas.

As respostas obtidas foram tratadas e analisadas com o auxílio do programa informático SPSS, sobretudo no caso das questões relacionadas com as características pessoais. Além disso, foi efectuada análise de conteúdo relativa às restantes questões. Dos resultados obtidos neste processo, foram elaborados quadros síntese para as respostas diretas (perfil das entrevistadas).

Todas as entrevistas foram realizadas de forma individual, em locais públicos, e na Igreja Assembleia de Deus – Ministério Tabernáculo em Évora, após os horários laborais e aos fins de semana; a data, a hora e o local eram previamente combinadas para que a entrevista fosse concretizada. Em alguns casos, na conversa telefónica prévia era esclarecido que a entrevista tinha como objectivo traçar o perfil da imigrante brasileira e respetivas motivações e expectativas quanto a Portugal, que se destinava a uma dissertação de Mestrado da Universidade de Évora no âmbito do curso em Relações Internacionais e Estudos Europeus, e que não existia qualquer relação com entidades públicas, como o SEF; salvaguardou-se sempre o facto de que a verdadeira identidade das entrevistadas nunca seria relevada ao longo da dissertação, nem em qualquer outro momento.

As entrevistadas demonstraram-se disponíveis e com interesse sobre o tema; não tinham qualquer percepção de que o volume de mulheres imigrantes brasileiras era superior ao género masculino, acontecendo o mesmo por comparação com outras nacionalidades.

Um fato curioso (perceptível no discurso das entrevistadas) é a forma como encaram de forma natural a emigração, no sentido de traçarem objetivos pessoais e familiares e de estarem dispostas a concretizá-los mesmo de forma longínqua. O medo do desconhecido é quase inexistente e muitas acreditam que a melhor opção para vida pessoal e profissional mais estável está do outro lado do Atlântico.

Os resultados obtidos com as entrevistas aplicadas estão expostos nos quadros seguintes

Quadro 8 - Resultados da análise e tratamento dos dados obtidos nas entrevistas às perguntas de resposta direta.

|  |  |
| --- | --- |
| Variável | Estatística descritiva |
|  | Média: 41 anos |
| Idade | Mínima: 20 anos |
|  | Máximo: 55 anos |
|  | 1º ciclo: 15% |
| Nível de escolaridade | 2º ciclo: 10% |
|  | Secundário: 60% |
|  | Superior: 15% |
|  | Solteira: 45% |
| Estado civil | Casada: 45% |
|  | Divorciada: 5% |
|  | Viúva: 5% |
|  | Tem filhos: 65% |
| Filhos | Não tem filhos: 35% |
|  | Sozinha: 65% |
| Com quem viajou? | Acompanhada: 35% |
|  | Concordaram: 70% |
| Reação familiar | Discordaram: 30% |
|  | Aventura: 5% |
| Motivos para a emigração | Empregabilidade: 30% |
|  | Razões económicas: 30% |
|  | Razões familiares: 35% |

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no output do programa SPSS

A informação do Quadro 8 mostra que a idade média das entrevistadas é 41 anos, e o seu nível de habilitações académicas é maioritariamente o ensino secundário (60%). Relativamente ao estado civil, 90% das entrevistadas ou são solteiras ou estão casadas, e 65% do total são mães[[22]](#footnote-22). Também 65% das entrevistadas vieram para Portugal sozinhas, e 70% teve o apoio da família quanto à decisão de imigrar. Os motivos que as trouxeram até Portugal enquadram-se em quatro categorias, sendo a aventura aquela que apresenta menor relevância (5%), e as razões familiares são mais importante (35%). Acrescenta-se que algumas das entrevistadas vieram para Portugal porque conheceram o atual marido pela Internet, através de redes sociais, e encontram-se incluídas nesta categoria. Das entrevistadas que afirmaram ter filhos (gráfico 4), 65%, do total (100%) 54% tem apenas um filho, 46% tem 2 e 3 filhos respetivamente (23% em cada categoria).

Gráfico n.º 4 – Percentagem de entrevistadas e número de filhos

Fonte: Dados analisados de acordo com as entrevistas realizadas às cidadãs brasileiras e tratados com o programa Excel.

Perante o fato de existirem 35% das entrevistadas que viajaram para Portugal acompanhadas por outra pessoa, é relevante esclarecer com quem se fizeram acompanhar (quadro 9). Neste caso, 55% das entrevistadas vieram acompanhadas por amigas (27,5%) ou pelo marido brasileiro (27,5%). A mãe e o irmão representam 30% e 15% das entrevistadas vieram acompanhadas pelo namorado português.

Quadro 9 – Pessoas que acompanharam as entrevistadas durante a viagem.

|  |  |
| --- | --- |
| Pessoa que as acompanhou | N.º de imigrantes |
| Amigas | 27,5% |
| Mãe | 15% |
| Irmão | 15% |
| Namorado (português) | 15% |
| Marido (brasileiro) | 27,5% |

Fonte: Realizado pela autora com base nas entrevistadas realizadas

Gráfico n.º 5 – Representação gráfica das percentagens relativamente à situação laboral das entrevistadas.

Fonte: Gráfico elaborado pela autora em programa Exel.

De entre as várias profissões que as entrevistadas desempenham, destacam-se as empregadas de limpeza e as empregadas domésticas que representam, respectivamente, 15% e 20% do total das entrevistadas. De todas as entrevistadas, 5% estão a estudar na Universidade de Évora, e 15% encontram-se em situação de desemprego.

Relativamente à reação familiar, constata-se que 70% das entrevistadas teve apoio familiar, enquanto apenas 30% não teve o apoio esperado. Os motivos pelos quais os familiares discordaram foram diversos, nomeadamente a distância entre ambos os países e outras questões de âmbito familiar, como posteriormente será exposto com os relatos das entrevistadas que foram analisadas nas respostas às questões abertas.

De seguida apresenta-se a análise às respostas das entrevistadas nas questões relacionadas com diversos aspectos do fenómeno migratório, destacando-se as respostas mais representativas.

À pergunta “Qual o membro da sua família que discordou? Ou foi algum(a) amigo (a)? Porquê?” que se seguia após a questão “Qual foi a opinião da sua família ao saber que viria para Portugal trabalhar? Concordaram ou discordaram?”, 30% das entrevistadas afirmaram que pessoas com laços familiares discordaram da vinda para Portugal. A entrevistada J, cuja irmã mais velha discordou da opção de imigrar pelo fato de serem muito unidas, afirmou que a reação familiar não foi a melhor pois “Acharam que eu estava doida porque vinha sozinha, para um país distante, sem conhecer ninguém.” Para além deste exemplo, a entrevistada E relatou que no seu caso o pai foi quem discordou; veio para Portugal acompanhada pela mãe (os pais divorciaram-se); o pai discordava por completo: “O meu pai discordou, porque sou filha única e queria-me por perto. Não achou correto eu deixar o Brasil, e também porque não conhecia ninguém*.*”

Já a entrevistada F também afirma que foi o pai quem mais resistiu à sua decisão de emigrar e que veio para Portugal por razões familiares. Relata: “O meu pai não acreditava que o meu marido me fosse buscar.” Acrescenta-se para justificar esta resposta que conheceu o marido através do seu padrinho, esta refere que “O meu padrinho é amigo do meu marido e do meu sogro, e ele (padrinho) foi estudar olaria e conheceu o meu sogro numa viagem que fez ao Brasil; eu conheci o meu marido pela internet porque já tínhamos ouvido falar um do outro, começamos a namorar e depois conhecemo-nos pessoalmente e casamos. Se não fosse assim o meu pai não permitia. Vim ao acaso para Portugal, nunca pensei sair do Brasil, eu trabalhava para o Governo Brasileiro e foi até uma surpresa quando o meu marido me foi buscar, nunca pensei em sair do Brasil. Eu e a minha família nunca acreditamos que ia dar em casamento; eu estava a estudar química também. Em Portugal virei dona de casa, não me falta nada, ganhei uma família nova e estou muito feliz. ”

À questão “Como tem sido a sua experiência enquanto imigrante em Portugal? Positiva? Negativa? Acha que existe discriminação por parte da população portuguesa? Somos um povo tolerante e razoável para com os imigrantes?” apenas uma única entrevistada, C, respondeu que a experiência tem sido negativa: “Até conhecerem a minha personalidade foi complicado, agora já corre tudo bem. Tinha vergonha de sair de casa. Há 14 anos atrás todas as brasileiras eram consideradas prostitutas e isso foi muito mau. Não foi fácil, não desisti porque não tinha opção.”

Sobre a pergunta seguinte da entrevista presencial sobre quais eram as expectativas relativas a Portugal, também a entrevistada C relatou: “Eu pensava ser melhor que é, pensava que não tinha pobreza; as pessoas vivem mais de aparência e nunca pensei que Portugal desabasse. Desabou tudo... Nunca pensei que ficasse como está hoje, fiquei um pouco desiludida. ” Esta entrevistada quando veio para Portugal já tinha contrato de trabalho e vários contatos de amigos do irmão. O irmão tinha estado em Portugal, mas não encontrou trabalho e regressou ao Brasil; posteriormente, a entrevistada tomou a decisão de emigrar para este país e usar os contatos sociais do irmão.

Ainda sobre a mesma questão a entrevistada A diz: “Eu pensava que era um país diferente, pensava que não existia pobreza, só gente rica. E pensava que se vivia melhor, há pessoas a passarem necessidades iguais às dos brasileiros.” Outra resposta que, a este respeito, também merece destaque, é da entrevistada E, uma vez que tem uma opinião bastante diferente das restantes entrevistadas e também das duas respostas que já foram expostas : “Não pensava; eu aprendi a não criar expectativas e tem que saber que o que foi deixado, acabou. Tinha de abrir a mentalidade, tinha de me adaptar ou ir embora. Prefiro ter as minhas experiências e formar a minha opinião.”

“O que pensa da imigração feminina brasileira? Vê isso como um marco importante para a liberdade feminina? E para a alteração de mentalidades quer da sociedade portuguesa, quer da sociedade brasileira?” é uma pergunta onde uma parte significativa das entrevistadas manifestou de forma aberta e positiva a opinião; contudo, a entrevistada Q considera que a imigração feminina brasileira não apresenta relevância para a liberdade da mulher: “Eu tenho a noção que muitas mulheres brasileiras vinham à procura de um marido rico. Não todas, mas a grande maioria vem por isso. Ou seja, não vejo isso como relevante para a mulher, mas por egoísmo.”

Contudo há outras opiniões como a seguinte: “Acho que tem sido muito importante para a mulher. É grande vitória para a mulher sair do seu país e ir para outro. Há igualdade para todos e é muito importante para o amadurecimento da mulher, para ser livre, e saber o que quer. Mas, também, há aquelas que não sabem o que querem e aprendem a encontrar-se. A mulher consegue ir mais longe ao estar sozinha noutro país. A imigração não é fácil, também a parte psicológica influência a força de vontade e a adaptação. Até mesmo para voltar para o Brasil.” , considera a entrevistada P.

A entrevistada B diz que: “Com certeza que a maior parte são mulheres, revela que a mulher pensa em trabalhar e ter as suas coisas e algumas pensam em ter vida errada, mas é bom para a mulher”; enquanto C expõe que: “Acho bem. As mulheres querem conquistar espaço. Os homens nunca pensaram que as mulheres conseguissem atingir certos cargos, nomeadamente na política. Conseguimos mostrar independência e feminismo, mostramos que somos capazes.”*.* Há algumas entrevistadas que inclusivamente referiram a liberdade feminina como um fator importante na migração internacional; a entrevistada D revela que: “Sim, é bastante importante porque é uma experiência em que adquirimos independência e não nos sentimos tão submissas.”. Já a entrevistada E tem a seguinte opinião: “(...) A imigração feminina demonstra uma certa conquista no mercado de trabalho e independência na família. Conquista até posição no mercado de trabalho e ganha a sua independência económica.”

A entrevistada I, tem uma opinião particular sobre a imigração feminina: “Acho que é bom desde que saiba o que procura e tenha uma vida honesta; a mulher consegue a sua liberdade.” Há opiniões que vão mais além, como a da entrevistada L: “Acho que tem sido muito importante para a mulher. É grande vitória para a mulher sair do seu país e ir para outro. Há igualdade para todos e é muito importante para o amadurecimento da mulher, para ser livre, e saber o que quer. Mas, também, há aquelas que não sabem o que querem e aprendem a encontrar-se. A mulher consegue ir mais longe ao estar sozinha noutro país. A imigração não é fácil, também a parte psicológica influência a força de vontade e a adaptação. Até mesmo para voltar para o Brasil.”

Destacamos ainda mais uma opinião sobre a imigração feminina. A entrevistada N, encara a emigração feminina e afirma que no Brasil sempre existiram muitas mulheres que saíram do seu país de origem“Acho que sim. Tudo conta para o positivo, para mim foi a liberdade. É uma realidade diferente porque até torna-a mais responsável. No Brasil sempre houve emigração feminina, é uma questão de mentalidades.” Para a entrevistada Q é algo que deve ser bastante valorizado: “(...) a mulher tem mais iniciativas diferentes para conseguir seus objetivos. A mulher consegue procurar, tem as próprias opiniões e consegue o que quer. Hoje em dia a mulher já está à frente de grandes cargos, isso está a alterar a sociedade. Ela tem a sua própria independência, a mulher procura sempre a sua liberdade e isso não quer dizer que seja mais que o homem.”

A última pergunta “O fato de ser do sexo feminino colocou-lhe entraves na entrada para o país e na obtenção da legalização?”, obteve-se uma resposta de uma imigrante foi deportada na primeira tentativa: “Na primeira vez fui deportada porque não tinha documentação, não conhecia ninguém e na segunda vez passei sem dificuldades, já conhecia uma colega que trabalhava em Penafiel e essa amiga é que me ajudou e me deu emprego e fui direta para casa da minha patroa (antiga) trabalhar*.*” afirmou a entrevistada J. A entrevistada G pensou que ia ter muitos entraves burocráticas e afirmou o seguinte “Quando vim para cá pensei que tivesse problemas porque vim como turista e na altura só me fizeram duas perguntas, não houve objeção nenhuma. Para conseguir a legalização foi através do contrato de trabalho, mas foi só ao fim de 3 anos, a lei não dava abertura para a legalização. Só depois é que consegui. Ainda fui ao Brasil passar férias e depois voltei para ser mais fácil, mas Portugal era a última opção, eu queria os EUA porque queria aprender a língua. Mas nos EUA a lei é muito complexa, depois pensei em ir para a Inglaterra, lá o imigrante sofre muito e quando estava a tratar de tudo para ir para lá, o meu primo (que estava lá) voltou para o Brasil e consegui através de uma amiga vir para cá. Aqui era mais fácil.... a legislação e a língua também, não há entraves.”

Uma das entrevistadas, entrevistada P, confidenciou que não entrou primeiro em Portugal, “Nunca tive problema nenhum em entrar. Entrei pela Espanha e legalizei-me em 2007, porque em 2003 foram fechadas as legalizações. No período de 2003 a 2007 era considerada ilegal. Foi quando o Lula abriu também a fronteira para os portugueses e foi aí que muitas pessoas se legalizaram. Se viessem num voo direto (Lisboa) seriam deportados para o Brasil.”

Para além das perguntas que foram realizadas na entrevista, algumas das entrevistadas falaram um pouco sobre si próprias e sobre as respectivas experiências (para além do que era solicitado) antes de vir para Portugal e como tem sido a vida no país. A entrevistada L emigrou sozinha em 2004; atualmente trabalha como empregada de limpeza mas no Brasil tinha o seu próprio negócio – um ginásio e loja de comércio associada. Veio para Portugal porque o marido já se encontrava no país e afirma que a sua experiência por cá tem sido positiva e que não há nada de menos favorável a apontar. Afirmou: “Era empregada de balcão, tinha um comércio e um ginásio. O comércio acabou por fechar e vim para Portugal, achei que devia vir para cá. Mas, ainda demorei um ano a decidir se vinha ou não. Marquei a passagem com dois meses de antecedência e muitas vezes tomamos a decisão de sair para percebermos como nos vamos dar com a vida. Demorei um ano a adaptar-me e só queria ficar 3 anos, mas depois decidi ficar, vou ao Brasil de 2 em 2 anos visitar a minha família. A língua também foi importante na minha decisão, porque é semelhante. A mentalidade da população portuguesa já alterou muito; mesmo de região para região há diferenças nas pessoas”; ainda acrescenta sobre a experiência pessoal em Portugal: “Nada de negativo, na minha vida; tive sorte de ter bons patrões e não tive constrangimentos nenhuns. Graças a Deus. As primeiras mulheres que vieram para Portugal vinham para a prostituição e muitas de nós podemos fazer disso vida, mas há muitas mulheres que vem para Portugal para trabalhar de forma honesta. Pode ouvir-se uma piada na rua, mas nada demais. O respeito é bom e quem se dá ao respeito, consegue-o.”

À pergunta “Se não imigrou sozinha, com quem viajou?” obtiveram-se diversas respostas entre as quais o exemplo da entrevistada D que apesar de ter viajado sozinha esclareceu: “O meu marido já cá estava, e já estava legal e consegui toda a documentação e correu tudo bem. Inscrevi – me no centro de empregado e fui chamada para limpezas e a partir daí foi mais fácil*.*”

Com base nos resultados obtidos nas entrevistas presenciais, os dados tratados e analisados neste estudo de caso vão ao encontro de existirem vários perfis na emigração feminina brasileira, e também diversas inserções profissionais. São jovens com nível académico médio e trabalham no atendimento ao público e no setor das limpezas. Os motivos familiares representam 35% do motivo para emigrarem; as emigrantes solteiras ou divorciadas emigram sozinhas e tem como objetivo o envio de remessas económicas para o Brasil; assim, podemos considerar que o projeto é familiar pois há o objetivo de prestar apoio financeiro à família. Também é importante estabelecer a relação com os três níveis que influenciam a tomada de decisão sobre migrar, o nível individual – idade, estado civil, habilitações académicas e outros fatores -, o nível familiar - onde estão incluídos os valores culturais que determinam se podem ou não migrar sozinhas e os papéis que a família poderá exigir à mulher são também um factor que determina a decisão de emigrar, e o nível social que se referem às normas da comunidade e que acabam por determinar se a mulher pode migrar e com quem o pode fazer. Neste contingente e de acordo com a amostra de conveniência os fatores sociais não as impedem de imigrar, pois a sociedade de origem não apresenta rigidez perante os papéis que são desempenhados por este género.

Existem vários estudos, que foram também utilizados como referências bibliográficas para a presente dissertação, e cujos dados são similares. Por exemplo, Togni (2008: 69) após o tratamento e análise de dados às entrevistas que realizou a 23 mulheres brasileiras conclui que o perfil das emigrantes, tinham idades entre os 30 e os 35 anos, 61% tinha o ensino secundário completo e inseriam-se em áreas não qualificadas como operadora de caixa, empregada de mesa e domésticas. Relativamente às motivações das entrevistadas, a razão afetiva (marido brasileiro em Portugal, ou namorado português) foi a mais importante (ver Togni, 2008: 72). Para além do estudo de Togni, também Pinho em 2012 deu a conhecer as caraterísticas da população emigrante brasileira, uma vez que o estudo efetuado abarcou homens e mulheres (10 mulheres, 7 homens e 3 casais). Este trabalho conclui que a maioria dos emigrantes estava a exercer uma profissão e os sectores mais representativos eram o setor dos serviços, da construção, do comércio, hotelaria e restauração e verificava-se um aumento para o grupo dos operários e trabalhadores não qualificados (Pinho, 2012: 191). A idade média era 41 anos, e verificava-se tendência para a feminização (51% dos fluxos) o que revela que estão orientadas por um projeto próprio e individual; aponta como motivos para este fenómeno a reunificação familiar e também processos independentes onde a mulher é a decisora.

Contudo, há mais estudos que vão ao encontro do perfil das emigrantes brasileiras, como o trabalho de Padilla et.al. (2009:121): “Após 1 de Janeiro de 2003, podemos afirmar que, em termos de distribuição por sexo, se denota uma elevada feminização do fluxo migratório, representando 59% do total de brasileiros (...)”; quanto às razões que trouxeram as imigrantes até Portugal, estão referidas as razões económicas, oportunidades laborais, razões familiares ou pessoais; e quanto ao estado civil “casado” é neste caso aquele que tem maior peso.

Os fatores macro quer do Brasil, quer de Portugal também são fundamentais para que o género feminino migrasse em massa de um país para outro: o estado da economia do Brasil e a necessidade de mão de obra para postos de trabalho menos qualificados que Portugal enfrentava no final da década de 90 e durante a década de 2000 foram determinantes tal como a relação de proximidade cultural entre ambos os países. O idioma comum e a facilidade na legislação também tem de ser focados enquanto factores determinantes do processo emigratório para Portugal.

Este estudo de caso realizado com 20 mulheres brasileiras, ainda que não seja representativo do universo brasileiro que se encontra em Portugal, permitiu obter repostas que vão ao encontro do defendido por Boyd e Grieco (2003) (analisado anteriormente no sub capítulo II.II), tal como, se enquadram nos vários perfis expostos por vários autores, como Togni (2008), Pinho (2012) e Padilla (2009).

# ****Conclusão****

Há cada vez maior liberdade de circulação internacional de mercadorias, capitais e pessoas. Contudo, num mundo cada vez mais integrado, permanecem grandes restrições aos movimentos migratórios. A globalização está cada vez mais presente em várias áreas que influenciam as sociedades e tem tornado o mundo mais “pequeno”.

Devido à globalização económica, os países desenvolvidos têm vindo a enfrentar escassez de mão de obra para trabalhos menos qualificados. Ao contrário, os países em vias de desenvolvimento necessitam de recursos humanos qualificados. Assim, existe um enorme incentivo para que muitos cidadãos optem pela emigração, para conseguirem concretizar projetos pessoais e profissionais. Este fenómeno apresenta várias vantagens e desvantagens, quer para os países emissores como para os países de destino. Algumas vantagens são: o envio de dinheiro para a família que fica no país de origem, a maior mobilidade social, a modernização no país de origem pela aprendizagem de novas ideais, hábitos e valores, a promoção da emancipação feminina, a revitalização de sociedades envelhecidas. Como desvantagens, destaca-se “fuga de cérebros”, as perseguições, o racismo e a xenofobia e, também, a concorrência (por vezes não consentânea com os direitos humanos) por postos de trabalho.

Várias teorias têm procurado explicar os movimentos migratórios. As Teorias das Migrações Internacionais são estudadas sob várias perspectivas, como a sociológica, a económica ou a geográfica. A maioria das teorias, principalmente as que se desenvolveram até aos anos 70 do século XX, não considerava a existência de questões de género. Quando as mulheres eram consideradas, isto acontecia apenas na perspectiva da sua relação com o género masculino no âmbito de relações familiares. Sobretudo em questões laborais, as mulheres eram um elemento passivo.

Na maioria das vezes, a migração feminina é uma opção para mulheres em situações economicamente desfavorecidas, sendo que a sociedade em que se inserem e a respetiva família também têm um peso bastante relevante nas suas decisões. Estes aspetos não podem, no entanto, ser generalizados. Há quem opte por migrar pela falta de oportunidades laborais, pela marginalização ou subordinação perante o sexo masculino e perante a família.

A migração feminina está relacionada com factores de natureza individual, familiares e sociais. Nos primeiros, são considerados a idade, ordem de nascimento, raça, origem, estado civil, posição na família. Nos fatores familiares estão incluídos o número e tipo de família. Nos aspectos sociais destacam-se as normas e os valores culturais e da comunidade à qual pertencem, que também impedem ou permitem a migração. Muitas mulheres rompem com a sociedade de origem pela falta de liberdade pessoal e profissional. As mulheres e as crianças são consideradas como grupo de risco no contexto migratório.

Portugal é simultaneamente um país de emigração e de imigração, que recebeu durante a primeira década do novo século um importante contingente de mulheres brasileiras. Na década de 2000, os contingentes cabo verdano, brasileiro, angolano, guineense e ucraniano foram os mais significativos em Portugal. Apesar de ser Cabo Verde a nacionalidade com maior peso na emigração para Portugal, os imigrantes brasileiros destacam-se por serem mais representativos na década em estudo.

Comparando o perfil dos imigrantes dos PALOP e do Brasil, verifica-se que os imigrantes africanos são maioritariamente homens, com idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos, com qualificações académicas baixas e inseridos nos sectores laborais não qualificados (operários, artífices e similares). O contingente brasileiro tem apresentado uma multiplicidade de perfis. Ambos os sexos são representativos, há várias faixas etárias e indivíduos com todos os níveis de escolaridade que, naturalmente, se ocupam em trabalhos pouco exigentes em termos de qualificações e em profissões muito especializadas.

Uma vez que Portugal é membro da União Europeia, e signatário do Acordo de Schengen, tem fronteiras relativamente permeáveis para movimentações intra-comunitárias. Portugal tem tido várias iniciativas, legislativas e institucionais, para gerir os fluxos migratórios. Na década de 90, e na primeira década de 2000, foi produzida diversa legislação cuja relevância não deve ser separada de aprovação jurídica de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Qualquer cidadão que se desloque para Portugal deve cumprir e ter em conta as várias exigências para que a entrada seja permitida e o visto concedido.

No estudo de caso desta dissertação, o tratamento e a análise dos dados recolhidos com os questionários aplicados à amostra da conveniência (entrevistas presenciais a 20 imigrantes brasileiras, que não são representativas do universo brasileiro feminino imigrantes em Portugal) conclui-se que o perfil tipo é coincidente com o referido em diversos estudos. As mulheres entrevistadas são solteiras ou divorciadas, algumas têm um grau académico elevado e migraram sobretudo sozinhas para concretizar projetos de vida próprios (individuais ou familiares).

As entrevistadas concordam que a imigração no feminino é sinónimo de emancipação. Verificou-se que as profissões por elas desempenhadas não se enquadram com as qualificações que possuem, pois as atividades relacionadas com os serviços domésticos são as mais representativas. Consideram que a sua entrada no país não foi objecto de entraves burocráticos, podendo esta situação resultar da existência de regulamentação como o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta que foi assinado com o Brasil. A nível legislativo não há distinções de género no tratamento de imigrantes.

Portugal é país de entrada na Europa para muitas pessoas, principalmente oriundas de países que partilham a língua portuguesa e importantes laços históricos e culturais. É um país com um papel relevante nas migrações internacionais e a feminização destes movimentos é uma realidade que não pode ser ignorada, embora o contingente brasileiro seja aquele onde este fenómeno é mais significativo.

Seria interessante avaliar, futuramente, se as conclusões obtidas nesta análise são suportadas por avaliações baseadas em amostras mais significativas de mulheres brasileiras, e também confrontar as respostas de brasileiras com as respostas de mulheres de outras nacionalidades, com representação significativa em Portugal.

# ****Bibliografia****

BÓGUS, L. (2007) Esperança além-mar: Portugal no “arquipélago migratório” brasileiro. In: Malheiros J. (eds). Imigração brasileira em Portugal. Observatório da Imigração

BROWN, Chris; AINLEY, K. (2012) *Compreender as relações internacionais.* Lisboa: Gradiva.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000) Jornal Oficial das Comunidades Europeias, C 364/1 de 18/12/2000.

Convenção n.º97 da OIT, Trabalhadores migrantes (1979) Gabinete de documentação e Direito Comparado.

DIAS, N. (2012) Construir as cidades para outros: imigração e trabalho no Portugal contemporâneo. In: Dias B., Dias N. (eds) Imigração e Racismo em Portugal – O lugar do outro. Edições 70, Lisboa.

Entrada, permanência, saída e afastamento (2007) Procuradoria Geral da República, Lei n.º 23/2007 de 04/07/2007.

GENNARI, A.; ALBUQUERQUE, C. (2012) Globalização e reconfiguração do mercado de trabalho em Portugal e no Brasil. Artigo científico, Revista brasileira de Ciências Sociais.

GOMES, M. (2013) O *Imaginário Social < Mulher brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação*. Artigo científico, Revista de Ciências Sociais.

GONÇALVES, N.; AFRICANO, A. *Imigração e comércio internacional no contexto da integração europeia – o caso português*. Artigo científico, Revista Estudos Regionais.

GONÇALVES, O. (2009) *Migração e desenvolvimento*. Fronteira do Caos Editores.

GRIECO, E.; BOYD, M. (2004) *.Women and migration: incorporating gender into international migration theory*. Artigo científico, College of Social Sciences, Florida State University.

HORTA, A. (2013) A imigração em Portugal. Um contributo para o debate sobre as políticas e práticas de integração. In: Fonseca M, Góis P., Marques J., Peixoto, J. (eds). *Migrações em Portugal. Migrações na Europa e em Portugal: ensaios de Homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra: Almedina.

IANNI, O. (1994) *Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais.* Artigo científico, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Lei da Nacionalidade (2006) Diário da República, n.º 75 de 17/4/2006.

LISBOA, T. (2006) *Género e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais e trabalhadoras domésticas*. Interdisciplinar da mobilidade humana. Artigo científico, Revista Internacional da Mobilidade Humana.

MALHEIROS, J. (2007) Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos. In: Malheiros J. (eds) *Imigração brasileira em Portugal.* Observatório da imigração.

MALHOTRA, N. (2011) *Pesquisa de mercado – foco na decisão*. São Paulo: Pearson.

MATOS, M. (2003) *Emigração e Imigração Portuguesa em foco*. Artigo científico, Revista do Programa de estudos pós-graduados de história.

MARTINE, G. (2005) *A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21*. Artigo científico, São Paulo em perspectiva.

MARQUES, J.; GÓIS, P. (2013) Dinâmicas do sistema migratório lusófono: um olhar a partir das migrações portuguesas. In: FONSECA, M. Góis P., Marques J., Peixoto, J. (eds). *Migrações em Portugal. Migrações na Europa e em Portugal: ensaios de Homenagem a Maria Ioannis Baganha.* Coimbra: Almedina.

MARQUES, M. (2013) As associações de origem migrante enquanto instituições sociais. In: FONSECA, M. Góis P., Marques J., Peixoto, J. (eds). *Migrações em Portugal. Migrações na Europa e em Portugal: ensaios de Homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra: Almedina.

MILANOVIC, B. (2011) *Global Inequality*. Artigo científico, Development Research Group, The World Bank.

MIRANDA, J. (2009) *Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projetos de vida*. Observatório da imigração.

MOREIRA, A. (2011). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.

PADILLA, B. (2005). *Integration of Brazilian immigrants in Portuguese Society: problems and possibilities*. Artigo científico, Centro de investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

PADILLA, B., Xavier, M. (2009) *Migrações entre Portugal e América Latina*. Revista do Observatório da Imigração n.º5, Observatório da Imigração.

PADILLA,B., Selister M., Fernandes G. (2010) Ser brasileira em Portugal: imigraçãoo, género e colonialidade. In: Carvalho, F., Souza M., Callou M., Rubiralta M. Aula Magna da Facultat de Geografía i Historia da Univeristat de Barcelona.

PEIXOTO, J. (2004). *As Teorias Explicativas das Migrações: Terias Micro e Macro Sociológicas*. Artigo científico, Centro de investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

PINHO, A. (2012). *Transformações na Emigração Brasileira para Portugal – De profissionais a Trabalhadores*. Tese de doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa.

RAIMUNDO, I. (2009) Gender, choice and migration: household dynamics and urbanisation in Mozambique, VDM Verlag, Johannesburg.

RAPOSO, P.; Togni, P. (2009). *Fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portugueses: género e migração*.Lisboa: Observatório da imigração.

SANTOS, M. (2010). *Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Artigo Científico, Faculdade de Ciências Económicas da* Universidade Federal das Minas Gerais.

SASAKI, E.; ASSIS, G. (2000) *Teoria das Migrações Internaciona*is. XII Encontro Nacional da ABEP.

SOUSA, C.S.; BAPTISTA, M.J. (2011) *Como fazer investigação, dissertação, teses e relatórios – segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

SUTCLIFFE, B. (1996) *Nacido en otra parte – Un ensayo sobre la migración internacional, el desarollo y la equidade*. Bilbao: Hegoa.

TOGNI, P. (2008) *Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiras e portugueses: género e imigração*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa.

Tratado de Amesterdão (1997) Os tratados que instituem as comunidades europeias e alguns actos relativos.

Tratado da CEE (1957) Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia.

Tratado de Lisboa (2007) Europa sínteses da legislação.

Outras fontes de informação consultadas

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2000.pdf>

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2001.pdf>

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2002.pdf>

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2003.pdf>.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2004.pdf>.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2005.pdf>.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2006.pdf>.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2007.pdf>.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2008.pdf>.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2009.pdf>.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf>.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Ministério da Administração Interna: Lisboa. <http://www.sef.pt/portal/v10/PT/aspx/organizacao/index.aspx?id_linha=4167&menu_position=4132#0>

**Anexos**

**Anexo 1- Guião da entrevista presencial**

1. Conceito de origem anglo – saxónica, traduz o desenvolvimento das relações económicas, sociais, culturais e políticas a nível mundial, a partir dos anos 1980. Serve para designar um movimento complexo de abertura de fronteiras económicas e de desregulamentação, que permitiu às atividades económicas capitalistas estudar o seu campo de ação. Falar de globalização é evocar a denominação do sistema capitalista sobre o espeço mundial. [↑](#footnote-ref-1)
2. As migrações continuadas enquanto processos de mudança social, são consideradas “atividades repetidas localizadas num contexto de tempo e espaço têm consequências regularizadas, não intencionais pelos que tomam parte em tais atividades, em mais ou menos “distantes” contextos de tempo e espaço” Giddens (1984) citado em Pinto (2012). [↑](#footnote-ref-2)
3. Os indivíduos podem emigrar por várias causas, designadamente: o desejo por uma vida melhor, para fugir à pobreza, a perseguições de vários cariz como o político, religioso, sexual e familiar. Mas, também existem fatores que podem diferenciar de acordo com o género. [↑](#footnote-ref-3)
4. Relações sociais informais, da informação, do capital cultural das famílias e comunidades. [↑](#footnote-ref-4)
5. Economia, política, relações internacionais, direito. [↑](#footnote-ref-5)
6. A Teoria dos Sistemas Migratórios também é conhecida por teoria do Sistema Mundo. [↑](#footnote-ref-6)
7. Alguém que se encontra no local de origem, enquanto que o parceiro está num outro local onde há melhores oportunidades de emprego. [↑](#footnote-ref-7)
8. Alguém que se move com o parceiro para outro local, apesar do seu emprego ser melhor no local onde se encontra. [↑](#footnote-ref-8)
9. Migração com duração de um ano ou mais, o migrante tem como objetivo principal auferir no rendimento económico e voltar ao seu local de origem, assim que o seu objetivo for atingido. [↑](#footnote-ref-9)
10. Pode ser finita ou definitiva. A migração permanente finita é quando o indivíduo continua no território de acolhimento onde desenvolve a sua vida familiar e social, assim como, pode haver mudanças no local de trabalho, embora no final da sua vida ativa retorne ao país de origem. A migração permanente definida é considerada quando se constata o estabelecimento efetivo num local, o desenvolvimento de relações sociais e familiares, a mudança do local de residência e não se verifica o retorno ao país emissor. [↑](#footnote-ref-10)
11. Peixoto admite que a noção de sistema migratório lusófono pode perder sentido considerando o fenómeno de globalização atual. [↑](#footnote-ref-11)
12. Também conhecido por intra europeu. [↑](#footnote-ref-12)
13. Organização Económica de Cooperação e Desenvolvimento [↑](#footnote-ref-13)
14. O SIS é um sistema de informação que permite às autoridades nacionais responsáveis obter diversas informações sobre pessoas ou objetos. [↑](#footnote-ref-14)
15. Fundada em 1919 para alcançar a justiça social para que a paz universal fosse possível. Portugal foi um dos signatários. [↑](#footnote-ref-15)
16. Convenção e respetivos anexos em anexo, anexo 1; fonte: http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/emp-conv-oit-97.html [↑](#footnote-ref-16)
17. Fundada em julho de 1952 [↑](#footnote-ref-17)
18. Dos quinze Estados Membros [↑](#footnote-ref-18)
19. Fonte: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=920&tabela=leis> [↑](#footnote-ref-19)
20. Estes vistos são atribuídos a indivíduos que necessitam de tratamento médico em instituições oficiais ou oficialmente reconhecidas, acompanhamento de familiar sujeito a tratamento médico, transferência de cidadãos nacionais, prestação de serviços ou formação profissional no território português. [↑](#footnote-ref-20)
21. Independentemente do tipo de visto que é solicitado, a decisão relativamente à atribuição do mesmo é de 30 dias. [↑](#footnote-ref-21)
22. Percentagem quanto ao número de filhos no Gráfico n.º 4. [↑](#footnote-ref-22)